



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARCOVERDE
CASA JAMES PACHECO



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
Acesse em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b2b4e1f-0694-40b8-92e2-6402a6e19007

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2022
RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022
PODER LEGISLATIVO

OFÍCIO Nº 025/2023

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO;

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE
EXERCÍCIO 2022

Cumprindo as exigências da Resolução T.C. nº 189, de 14 de dezembro de 2022, encaminho à Prestação de Contas da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde-PE, referente ao Exercício Financeiro de 2022, em meio eletrônico.

Ao ensejo, renovamos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Arcoverde-PE, 27 de março de 2023.

Wevertton Barros de Siqueira
Presidente



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	-	-	37.922,02	37.922,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	37.922,02	37.922,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	37.922,02	37.922,02
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-



Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-



Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	37.922,02	37.922,02
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	-	-	37.922,02	37.922,02
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	7.374.966,56	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	7.412.888,58	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-



Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	6.840.000,00	7.218.867,19	7.191.755,77	7.191.755,77	7.191.755,77	27.111,42
Pessoal e Encargos Sociais	5.025.000,00	5.421.842,23	5.396.406,77	5.396.406,77	5.396.406,77	25.435,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.815.000,00	1.797.024,96	1.795.349,00	1.795.349,00	1.795.349,00	1.675,96
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	600.000,00	221.132,81	221.132,81	221.132,81	221.132,81	-
Investimentos	600.000,00	221.132,81	221.132,81	221.132,81	221.132,81	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	7.440.000,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	7.440.000,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	7.440.000,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022

Execução de Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
Despesas Correntes	-	48.515,34	36.047,03	-	12.468,31
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.992,31	-	-	2.992,31
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	45.523,03	36.047,03	-	9.476,00
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 9)	-	48.515,34	36.047,03	-	12.468,31

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-574d-48e8-bd26-cbb25d211000

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600

Centro, Arcoverde – PE

CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-574d-48e8-bd26-cbb25d211000

de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-574d-48e8-bd26-cbb25d211000

variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-b74d-48e8-bd26-cbb25d211000

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balço Orçamentário.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1 Orçamento do município de Arcoverde – Exercício de 2022

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 7.440.000,00, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	0,00	DESPESAS CORRENTES	6.840.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	600.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	7.440.000,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 37.922,02, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 37.922,02.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 0,00, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 0,00.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 0,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 37.922,02 o que gerou um superávit de arrecadação de R\$ 37.922,02. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de ∞%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 6.840.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 7.218.867,19, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 7.191.755,77. As liquidações totalizaram R\$ 7.191.755,77, sendo pagos o montante de R\$ 7.191.755,77, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 27.111,42.

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 600.000,00, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 221.132,81, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 221.132,81. As liquidações totalizaram R\$ 221.132,81, sendo pagos o montante de R\$ 221.132,81, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 0,00.

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2022 foi de R\$ 7.440.000,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 7.440.000,00. O valor total empenhado foi de R\$ 7.412.888,58, o liquidado R\$ 7.412.888,58, e o pago R\$ 7.412.888,58. A economia orçamentária foi de R\$ 27.111,42. O coeficiente de execução foi de 99,64%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 37.922,02, menos as despesas empenhadas R\$ 7.412.888,58, houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 7.374.966,56. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento	
Receita	
Realizada	37.922,02
Prevista	0,00
(=) Excesso de Arrecadação	37.922,02
Despesa	
Realizada	7.412.888,58

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-b74d-48e8-bd26-cbb25d211000

Previsto	7.440.000,00
(=) Economia Orçamentária	27.111,42
Resultado	
(+) Receita Realizada	37.922,02
(-) Despesa Executada	7.412.888,58
(=) Superávit / Déficit de Execução	-7.374.966,56

Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00.

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 48.515,34. Desde montante foram pagos R\$ 36.047,03 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 12.468,31.

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

c.5. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2022 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.6. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2022 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 144.421,92, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	150.000,00	144.421,92	144.421,92	144.421,92	144.421,92	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	150.000,00	144.421,92	144.421,92	144.421,92	144.421,92	0,00

c.7. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 7.412.888,58

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	7.440.000,00	7.440.000,00	6.510.685,30	6.510.685,30	6.510.685,30	929.314,70
SUPLEMENTAR	0,00	940.413,55	902.203,28	902.203,28	902.203,28	38.210,27
ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.440.000,00	8.380.413,55	7.412.888,58	7.412.888,58	7.412.888,58	967.524,97

c.8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.9. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tee.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-b74d-48e8-bd26-cbb25d211000

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2021 foram de R\$ 418.761,24. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.10. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 393.680,30. Enquanto as recebidas somam R\$ 7.440.000,00, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2022.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO XIV DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3c1771dd-574d-48e8-bd26-cbb25d211000

Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Balanco Financeiro

Anexo 13, Lei nº4.320/64

2022

Ingressos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (Nota 1)	37.922,02	2.284,00	Despesa Orçamentária (Nota 5)	7.412.888,58	5.848.248,72
Ordinária	37.922,02	2.284,00	Ordinária	7.412.888,58	5.848.248,72
Recursos Ordinários	0,00	2.284,00	Recursos Ordinários	0,00	5.848.248,72
Recursos não vinculados de Impostos	37.922,02	0,00	Recursos não vinculados de Impostos	7.412.888,58	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (Nota 2)	7.440.000,00	6.194.278,43	Transferências Financeiras Concedidas (Nota 6)	393.680,30	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	7.440.000,00	6.194.278,43	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	393.680,30	0,00
CÂMARA - Repasses Recebidos do(a)	7.440.000,00	6.194.278,43	CÂMARA - Repasses Concedidos a(o)	393.680,30	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (Nota 3)	1.023.008,58	839.651,90	Pagamentos Extraorçamentários (Nota 7)	1.024.791,76	1.051.756,72
Inscrito de Restos a Pagar Não-Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não-Processados	0,00	0,00
Inscrito de Restos a Pagar Processados	0,00	48.515,34	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	36.047,03	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.023.008,58	791.136,56	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	988.744,73	769.204,37
CÂMARA - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	91.889,14	77.837,37	CÂMARA - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	91.889,14	77.654,06
CÂMARA - INSS	309.812,50	236.739,40	CÂMARA - INSS	276.255,61	237.521,11
CÂMARA - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	309.460,91	279.404,69	CÂMARA - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	309.460,91	268.670,88
CÂMARA - ISS	24.155,98	626,41	CÂMARA - ISS	24.155,98	626,41
CÂMARA - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	286.890,05	184.731,91	CÂMARA - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	286.183,09	184.731,91
CÂMARA - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	800,00	11.796,78	CÂMARA - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	800,00	0,00
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	0,00	0,00	Outros Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00	282.552,35
Saldo do Exercício Anterior (Nota 4)	418.761,24	282.552,35	Saldo para o Exercício Seguinte (Nota 8)	88.331,20	418.761,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	418.761,24	282.552,35	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	88.331,20	418.761,24
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	418.761,24	282.552,35	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	88.331,20	418.761,24
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
TOTAL GERAL:	8.919.691,84	7.318.766,68	TOTAL GERAL:	8.919.691,84	7.318.766,68

WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: da4cf80a-fba1-4c43-957c-28139f449380

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600

Centro, Arcoverde – PE

CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06 (atualizado em Dezembro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eccc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: da4cf0a-fba1-4c43-957c-28139f449380

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: da4cf40a-fba1-4c43-957c-28139f449380

práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Financeiro.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativa quanto ao Balanço Financeiro.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Notas com Referências Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: da4cf0a-fb1-4c43-957c-28139f449380

Nota 1: Receita Orçamentária

Os ingressos orçamentários do exercício de 2022 totalizaram R\$ 37.922,02. Houve um aumento de R\$ 35.638,02 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 2.284,00.

Nota 2: Transferências financeiras recebidas

O valor das transferências recebidas do exercício de 2022, foi composto por transferências financeiras recebidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 7.440.000,00. Houve um aumento de R\$ 1.245.721,57 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 6.194.278,43.

Nota 3: Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos extra orçamentários totalizam R\$ 1.023.008,58, sendo R\$ 1.023.008,58 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar não-processados, R\$ 0,00 decorrentes de inscrito de restos a pagar processados e R\$ 0,00 decorrentes de outros recebimentos extra-orçamentários.

Nota 4: Saldo do exercício anterior

O saldo disponível em 31/12/2021 foi de R\$ 418.761,24, sendo R\$ 418.761,24 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

Nota 5: Despesa orçamentaria

O despesa orçamentária empenhada do exercício de 2022 totalizaram R\$ 7.412.888,58. Houve um aumento de R\$ 1.564.639,86 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 5.848.248,72.

Nota 6: Transferências financeiras concedidas

O valor das transferências concedidas do exercício de 2022, foi composto por transferências financeiras concedidas para execução orçamentária, que totalizaram R\$ 393.680,30. Houve um aumento de R\$ 393.680,30 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 0,00.

Nota 7: Desembolsos extra orçamentários

Os desembolsos extra orçamentários totalizam R\$ 1.024.791,76, sendo R\$ 988.744,73 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados, R\$ 0,00 decorrentes de outros pagamentos extra-orçamentários, R\$ 0,00 decorrentes de pagamentos de restos a pagar não-processados e R\$ 36.047,03 decorrentes de pagamentos de restos a pagar processados.

Nota 8: Saldo para o exercício seguinte

O saldo disponível em 31/12/2022 foi de R\$ 88.331,20, sendo R\$ 88.331,20 decorrentes de caixa e equivalentes de caixa e R\$ 0,00 decorrentes de depósitos restituíveis e valores vinculados.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Resultado financeiro do período

O saldo final do exercício de 2022 totalizaram R\$ 8.919.691,84. Houve um aumento de R\$ 1.600.925,16 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 7.318.766,68.

O resultado apresentado foi obtido da seguinte forma:

+	Saldo do Exercício Anterior	418.761,24
+	Receita Orçamentária	37.922,02
+	Transferências Financeiras Recebidas	7.440.000,00
+	Recebimentos Extra Orçamentários	1.023.008,58
-	Despesas Orçamentárias	7.412.888,58
-	Transferências Financeiras Concedidas	393.680,30
-	Pagamentos Extra Orçamentários	1.024.791,76
=	Saldo para o Exercício Seguinte	88.331,20

d.2. Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções por Fonte de Recursos

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: da4cf80a-fba1-4c43-957c-28139f449380

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções exclusivamente na fonte de recursos ordinários.

d.3. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.4. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.5. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.6. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):

Para Execução Orçamentária R\$ 7.440.000,00

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):

Para Execução Orçamentária R\$ 393.680,30

Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00

Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00

f) Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

RECURSO ORDINÁRIOS:

Totalizando R\$ 0,00

RECURSOS VINCULADOS:

Não ocorreram deduções da Receita orçamentária em Recursos Vinculados

g) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

h) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

i) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Financeiro

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Financeiro Anexo 13, Lei nº4.320/64



Documento assinado eletronicamente por WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR em 12/07/2018 às 15:57:28 (hora de Brasília). Código de verificação: da4d1c04-fba1-43927285-9161-9530

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrigações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e copyrights, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conforme MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2022

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE (Nota 1)	370.883,55	701.313,59	PASSIVO CIRCULANTE (Nota 11)	181.212,78	182.995,96
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 2)	88.331,20	418.761,24	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.992,31	2.992,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	88.331,20	418.761,24	PESSOAL A PAGAR	2.992,31	2.992,31
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO (F)	88.331,20	418.761,24	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO (F)	2.992,31	2.992,31
CRÉDITOS A CURTO PRAZO (Nota 3)	282.552,35	282.552,35	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	282.552,35	282.552,35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.476,00	45.523,03
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F)	282.552,35	282.552,35	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	9.476,00	45.523,03
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (Nota 4)	0,00	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F)	9.476,00	45.523,03
ESTOQUES (Nota 5)	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	168.744,47	134.480,62
			VALORES RESTITUÍVEIS	168.744,47	134.480,62
			VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO (F)	168.744,47	134.480,62
ATIVO NÃO CIRCULANTE (Nota 7)	2.346.030,86	2.313.196,82	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE (Nota 12)	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 13)	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (Nota 15)	0,00	0,00
IMOBILIZADO (Nota 9)	2.346.030,86	2.313.196,82	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (Nota 16)	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.205.289,73	1.205.289,73	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	1.205.289,73	1.205.289,73	PROVISÕES A LONGO PRAZO (Nota 17)	0,00	0,00
OUTROS BENS MÓVEIS (P)	1.205.289,73	1.205.289,73	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (Nota 20)	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	1.500.753,71	1.279.620,90	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	1.500.753,71	1.279.620,90	TOTAL DO PASSIVO	181.212,78	182.995,96
OUTROS BENS IMÓVEIS (P)	1.500.753,71	1.279.620,90	PATRIMÔNIO LIQUIDO		
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-360.012,58	-171.713,81	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-360.012,58	-171.713,81	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	677.470,03	677.470,03
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS (P)	-241.057,94	-120.528,97	PATRIMÔNIO SOCIAL	677.470,03	677.470,03



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2022

(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE INSTALAÇÕES (P)	-16.584,96	0,00	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	677.470,03	677.470,03
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS (P)	-102.369,68	-51.184,84	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00
INTANGÍVEL (Nota 10)	0,00	0,00	RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00
			RESERVAS DE LUCROS	0,00	0,00
			DEMAIS RESERVAS	0,00	0,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	1.858.231,60	2.154.044,42
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.858.231,60	2.154.044,42
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.858.231,60	2.154.044,42
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO (P)	-295.812,82	490.356,51
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (P)	2.154.044,42	1.663.687,91
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO	0,00	0,00
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	0,00	0,00
TOTAL	2.716.914,41	3.014.510,41	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22)	2.535.701,63	2.831.514,45
TOTAL	2.716.914,41	3.014.510,41	TOTAL	2.716.914,41	3.014.510,41
ATIVO FINANCEIRO	370.883,55	701.313,59	PASSIVO FINANCEIRO (Nota 21)	181.212,78	182.995,96
ATIVO PERMANENTE	2.346.030,86	2.313.196,82	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL (Nota 23)	2.535.701,63	2.831.514,45
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO ATIVO			SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	231.000,00	10.927,35
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	231.000,00	10.927,35
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	231.000,00	10.927,35
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	231.000,00	10.927,35





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Balanco Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64
2022

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 24)

ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
500 - Recursos não vinculados de Impostos	189.670,77	518.317,63
TOTAL	189.670,77	518.317,63

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600

Centro, Arcoverde – PE

CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial. O quadro principal do Balço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo). A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11. Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: 1) para ativo circulante, quando se estima que a arrecadação seja realizada até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; 2) para ativo não circulante, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior para ativo circulante; 3) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior para passivo circulante. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021. Os elementos patrimoniais foram mensurados pelo valor de custo, excepcionalmente, as contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e4324b94002

as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: Ativo circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 370.883,55. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 88.331,20); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 282.552,35); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2022 somam R\$ 88.331,20.

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 282.552,35.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Registros de Créditos a Curto Prazo: OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO (F) (R\$ 282.552,35);

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O valor evidenciado no total de R\$ 0,00, compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros de estoque totalizaram R\$ 0,00.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os Estoques, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os valores dos estoques foram compatibilizados pela contabilidade pelos saldos residuais ao final do exercício, disponibilizados pelo setor responsável baseados em seus controles. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

Nota 7: Ativo Não Circulante

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 2.346.030,86. São compostos pelas contas: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 2.346.030,86); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 0,00.

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Não ocorreram registros de créditos a Longo Prazo

Nota 9: Imobilizado

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2022 foram de R\$ 2.346.030,86. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 1.205.289,73); BENS IMÓVEIS (R\$ 1.500.753,71); (-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -360.012,58);

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Bens Móveis	1.205.289,73	1.205.289,73
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens móveis)	-241.057,94	-120.528,97
Bens Imóveis	1.500.753,71	1.279.620,90
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada (bens imóveis)	-118.954,64	-51.184,84
TOTAL	2.346.030,86	2.313.196,82

Nota 10: Intangível

0,00

Nota 11: Passivo Circulante

Os bens e direitos de longo prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 181.212,78. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 2.992,31); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 9.476,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 168.744,47);

Nota 12: Passivo Não Circulante

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balço Patrimonial do exercício de 2022 foram de R\$ 0,00. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar a curto prazo no valor de R\$ 2.992,31, fornecedores e contas a pagar a curto prazo no valor de R\$ 9.476,00 e demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 168.744,47. Totalizando passivo circulante em R\$181.212,78.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 2.992,31	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b18-e43244b94d02

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2022 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2022 foi de R\$ 0,00 o que resultou num total de provisões de R\$ 0,00 distribuídas na tabela a seguir .

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 0,00
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2022 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2022 totalizou R\$ 181.212,78. dos quais R\$ 181.212,78 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ 2.535.701,63) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 2.716.914,41) e passivos (R\$ 181.212,78). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 677.470,03); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ 1.858.231,60); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial no final do exercício de 2021 totalizou R\$ 2.831.514,45. O resultado econômico da entidade no exercício de 2022 foi de R\$ -295.812,82, quando somado ao saldo anterior resultou no saldo patrimonial final de R\$ 2.535.701,63.

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

- Apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 147/2021.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos
- de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANALISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{370.883,55}{181.212,78} = 2,05$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

O Valor da dívida não sofreu alteração no final do Exercício de 2022, em relação ao exercício anterior.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções e Outras Operações que Impactem no Balço Patrimonial

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Informações Adicionais Exigidas pela Resolução TCE-PE Nº 147/2021

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2022 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: cadl.cda0-71e8-4a90-b1f8-e43244b94d02

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2022.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2022, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2022.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2022.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: AVERERTON BARRO DE SIQUEIRA MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: https://tce.ce.pb.gov.br/pt/verificacao/assinatura/1884529469440

RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO XIV DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída
	1.2 Patronal	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Ativos e Passivos Contingentes			
	1.1 Não conhecimento de Ativos e Passivos Contingenciais	Setor Contábil	2025	Iniciado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Móveis			
	1.1 Reconhecimento de Bens Móveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
2	Bens Imóveis			
	2.1 Reconhecimento de Bens Imóveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações p/competência decorrente de benefícios a empregados			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Provisões e Obrigações Trabalhistas	Administração	2016	Concluída
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Obrigações com Fornecedores			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrigações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa Balço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
Acesso em: https://www.camara.arcoverde.pb.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=18-e43244b94d02

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conforme MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balanço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balanço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	5.396.406,77	4.343.513,31
IMPOSTOS	0,00	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.621.083,19	3.644.285,53
TAXAS	0,00	0,00	ENCARGOS PATRONAIS	775.323,58	699.227,78
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	0,00	0,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	0,00	PENSÕES	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	0,00	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	0,00	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.981.607,77	1.362.692,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	132.037,60	104.709,65
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	SERVIÇOS	1.661.271,40	1.086.269,15
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	188.298,77	171.713,81
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00	0,00	VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	0,00	0,00	DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	7.440.000,00	6.194.278,43	APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.440.000,00	6.194.278,43	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	393.680,30	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	393.680,30	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00



Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo 15, Lei nº4.320/64
2022

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	0,00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	PERDAS COM ALIENAÇÃO	0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTÁRIAS	0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.922,02	2.284,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	2.040,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.040,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	0,00	0,00	CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.922,02	2.284,00	CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00	0,00
			CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	0,00
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
			PREMIAÇÕES	0,00	0,00
			RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	0,00	0,00
			OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA	0,00	0,00
			INCENTIVOS	0,00	0,00
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00
			PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
			VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	0,00	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1)	7.477.922,02	6.196.562,43	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2)	7.773.734,84	5.706.205,92





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Anexo 15, Lei nº4.320/64
2022

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II) (Nota 3)	-295.812,82	490.356,51
--	-------------	------------

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA (Nota 4)		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCICIO ATUAL	EXERCICIO ANTERIOR
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	221.132,81	313.756,61
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	289.666,61
CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	221.132,81	24.090,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4a4d733-5933-4a7e-b7f0-32375c4b1fb4

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600

Centro, Arcoverde – PE

CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4a4d733-5933-4a7e-b7f0-32375c4b1fb4

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eccc.tee.pe.gov.br/epp/validadaDoc.seam> Código do documento: e4a4d733-5933-4a7e-b7f0-32375c4b1fb4

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve mudanças que levem a alguma alteração significativa neste demonstrativo.

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e4a4d733-5933-4a7e-b7f0-32375c4b1b4

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados Nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1. Modelo de elaboração da DVP

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi analítico.

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Variações patrimoniais aumentativas

Variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2022 totalizaram R\$ 7.477.922,02. Houve um aumento de R\$ 1.281.359,59 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 6.196.562,43.

Nota 2: Variações patrimoniais diminutivas

Variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2022 totalizaram R\$ 7.773.734,84. Houve um aumento de R\$ 2.067.528,92 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 5.706.205,92.

Nota 3: Resultado econômico (Patrimonial) do exercício

O resultado patrimonial do exercício de 2022 totalizaram R\$ -295.812,82. Houve uma queda de R\$ 786.169,33 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 490.356,51.

Nota 4: Variações patrimoniais qualitativas decorrentes de incorporação de ativos, desincorporação de passivos, incorporação de passivos e desincorporação de ativos

A incorporação de ativos somou R\$ 221.132,81 que corresponde a aquisição de bens imóveis no mesmo valor.

Não ocorreu registros de incorporação de passivos.

Não ocorreu registros de desincorporação de ativos.

Não ocorreu registros de desincorporação de passivos.

c.3. ANÁLISE DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O quociente do Resultado das Variações Patrimoniais, que é resultante da relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas. O Resultado indica outra maneira de se evidenciar o resultado patrimonial.

$$\frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}} = \frac{7.477.922,02}{7.773.734,84} = 0,96$$

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) Itens Mais Relevantes que Compõem a VPA e a VPD

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)			
Relevância	Natureza da Conta	2022 (R\$)	2021 (R\$)
1º	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	7.440.000,00	6.194.278,43
2º	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	37.922,02	2.284,00
3º	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
 Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA MENEZES JUNIOR RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: <https://stee.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e-a4d471-1503-4276-7105-2375cd41b4

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)			
Relevância	Natureza da Conta	2022 (R\$)	2021 (R\$)
1º	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	4.621.083,19	3.644.285,53
2º	SERVIÇOS	1.661.271,40	1.086.269,15
3º	ENCARGOS PATRONAIS	775.323,58	699.227,78

f) VPA e VPD de Repasse a Maior ou Menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001)

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

g) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO XIV
DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída
	1.2 Patronal	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Ativos e Passivos Contingentes			
	1.1 Não conhecimento de Ativos e Passivos Contingenciais	Setor Contábil	2025	Iniciado
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Móveis			
	1.1 Reconhecimento de Bens Móveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
2	Bens Imóveis			

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração das Variações Patrimoniais
 Anexo 15, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://www.camara.arcoverde.pe.gov.br/portal/Documentos/Arquivos/Documentos/2024/01/10-32370c4b1b4

	2.1 Reconhecimento de Bens Imóveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações p/competência decorrente de beneficiários empregados			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Provisões e Obrigações Trabalhistas	Administração	2016	Concluído
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Obrigações com Fornecedores			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2016	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrigações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conforme MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balanço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balanço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
 PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 CONTADOR, CRC 16643/01



Demonstração dos Fluxos de Caixa

2022

Documento Assinado em 2022/07/27 por: EIR - A. M. GUELLI. Código do documento: 482 de 63 - 41-79-c-073e-10e255332d3b

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	7.440.000,00	6.194.278,43
Outras transferências recebidas	0,00	0,00
Total das Tranferências Correntes Recebidas	7.440.000,00	6.194.278,43
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	393.680,30	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Tranferências Correntes Concedidas	393.680,30	0,00

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	7.227.802,80	5.485.976,77
Judiciária	0,00	0,00
Essencial a Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	7.227.802,80	5.485.976,77

Quadro de Juros e Encargos da Dívida	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2022



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eic.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-f0e255d32d3b

Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-f0e255432d3b

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600

Centro, Arcoverde – PE

CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA

Cargo: PRESIDENTE

CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6“Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://eccc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-f0e2553d323b

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-dd431-479c-b73e-10e255d32d3b

práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstração dos Fluxos de Caixa.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

Nota 1: FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-f0e255d32d3b

O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais em 2022 foi de R\$ 8.500.930,60;

O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais em 2022 foi de R\$ 8.610.227,83;

O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ -109.297,23.

Nota 2: FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

O valor dos ingressos decorrentes das atividades de investimentos em 2022 foi de R\$ 0,00

O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos em 2022 foi de R\$ 221.132,81

O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ -221.132,81

Nota 3: FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

O valor dos ingressos decorrentes das atividades de financiamento em 2022 foi de R\$ 0,00

O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de financiamento em 2022 foi de R\$ 0,00

O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2022 foi de R\$ 0,00

Nota 4: GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

A geração de caixa líquida ao final do exercício de 2022 foi de R\$ -330.430,04, resultante da comparação do saldo em caixa e equivalente de caixa inicial no valor de R\$418.761,24 e o saldo em caixa e equivalente de caixa final no valor de R\$ 88.331,20.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

e) Saldos Significativos de Caixa e Equivalente de Caixa Mantidos, mas que não Estejam Disponíveis para Uso Imediato por Restrições Legais ou Controle Cambial

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) Informações Relevantes sobre Transações de Investimentos e Financiamentos que não Envolvem o Uso de Caixa

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) Eventuais Ajustes Relacionados às Retenções

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://steec.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-10e55d32d33b

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.

h) Itens mais Relevantes que Compõem os Fluxos de Caixa

h.1. Descrição dos itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

h.2. Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa

Relevância	Descrição	2022 (R\$)	2021 (R\$)
1º	Transferências Correntes Recebidas	7.440.000,00	6.194.278,43
2º	Pessoal e demais despesas	7.227.802,80	5.485.976,77
3º	Transferências Correntes Concedidas	393.680,30	0,00

i) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO XIV DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída
	1.2 Patronal	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERILTON BARRAS DE SUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DA ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: https://eccc.ce.gov.br/validarDoc.aspx?do_documento_documento: 82316766-451-476-1b-70e2511323b

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Ativos e Passivos Contingentes			
	1.1 Não conhecimento de Ativos e Passivos Contingenciais	Setor Contábil	2025	Iniciada
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Móveis			
	1.1 Reconhecimento de Bens Móveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
2	Bens Imóveis			
	2.1 Reconhecimento de Bens Imóveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações p/competência decorrente de benefícios a empregados			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Provisões e Obrigações Trabalhistas	Administração	2016	Concluído
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Obrigações com Fornecedores			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2016	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrigações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conforme MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balanço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balanço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Anexo 18, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://ste.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 482d6763-d431-479c-b73e-f0e255d32d3b

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64
2022

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Resto a Pagar (Subtotal)	48.515,34	0,00	36.047,03	0,00	0,00	0,00	12.468,31
Subtotal dos restos processados	48.515,34	0,00	36.047,03	0,00	0,00	0,00	12.468,31
Processados 2021	48.515,34	0,00	36.047,03	0,00	0,00	0,00	12.468,31
Subtotal dos restos não-processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal dos Depósitos	134.480,62	1.023.008,58	988.744,73	0,00	0,00	0,00	168.744,47
CÂMARA - ARCOPREV SERVIDOR	183,31	91.889,14	91.889,14	0,00	0,00	0,00	183,31
CÂMARA - CONSIGNADO CEF 1	111.556,78	271.778,57	271.071,61	0,00	0,00	0,00	112.263,74
CÂMARA - CONSIGNADO SICOOB	0,00	15.111,48	15.111,48	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA - INSS SERVIDOR	209,94	309.812,50	276.255,61	0,00	0,00	0,00	33.766,83
CÂMARA - IRRF - IMPOSTO DE RENDA	10.733,81	309.460,91	309.460,91	0,00	0,00	0,00	10.733,81
CÂMARA - ISS - PREST SERVIÇO	0,00	24.155,98	24.155,98	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA - RENDIMENTO BANCÁRIO	11.796,78	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	11.796,78
TOTAL	182.995,96	1.023.008,58	1.024.791,76	0,00	0,00	0,00	181.212,78

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstrativo da Dívida Flutuante
Anexo 17, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9b483ceb-ecac-4a96-49e9-76e6e86ded6

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Câmara Municipal de Arcoverde

CNPJ: 12.659.777/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600
Centro, Arcoverde – PE
CEP: 56506-100

a.3. Dados do gestor

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
Cargo: PRESIDENTE
CPF: 047.286.944-29

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CRC: 16643/01

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O Câmara Municipal de Arcoverde concebido quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2624 de 27 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Arcoverde:

Câmara Municipal de Arcoverde

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9b483aeb-ec48-4a96-49e9-76e6e86dedf6

de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de

Câmara Municipal de Arcoverde

Nota Explicativa

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9b483aeb-eca8-4a96-49e9-76e66e86ded6

gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuada diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstrativo da Dívida Flutuante
Anexo 17, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA
Acesse em: <https://steec.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9b483aeb-ec08-4a9f-9e9-76e66a86dad6

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante.

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis

c.1. Restos a pagar processados e não processados

Os restos a pagar processados inscritos do exercício de 2022 totalizaram R\$ 12.468,31. Houve uma queda de R\$ 36.047,03 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 48.515,34.

Os restos a pagar não processados inscritos do exercício de 2022 totalizaram R\$ 0,00. Não houve mudanças em relação ao exercício de 2021.

O total de restos a pagar para o exercício de 2023 é de R\$ 12.468,31

c.2. Depósitos e Consignações

Os depósitos e consignações do exercício de 2022 totalizaram R\$ 168.744,47. Houve um aumento de R\$ 34.263,85 em relação ao exercício de 2021 que foi de R\$ 134.480,62.

d) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO XIV
DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perdas			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída
	1.2 Patronal	Setor Contábil	2016	Concluída
Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstrativo da Dívida Flutuante
Anexo 17, Lei nº4.320/64



Documento Arquivado Digitalmente em: 2023/03/25 15:08:00 por: WESLETON BARRO DE SIQUEIRA MIGUELITO ODRISSÉ ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: <http://siorconp.systeminformatica.com.br>

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Ativos e Passivos Contingentes			
	1.1 Não conhecimento de Ativos e Passivos Contingenciais	Setor Contábil	2025	Iniciada
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Móveis			
	1.1 Reconhecimento de Bens Móveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
2	Bens Imóveis			
	2.1 Reconhecimento de Bens Imóveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações p/competência decorrente de benefícios a empregados			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Provisões e Obrigações Trabalhistas	Administração	2016	Concluído
Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidência das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Obrigações com Fornecedores			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2016	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidência das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrigações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conforme MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balanço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balanço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

Câmara Municipal de Arcoverde
Nota Explicativa
Demonstrativo da Dívida Flutuante
Anexo 17, Lei nº4.320/64



WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE, CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR, CRC 16643/01

Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9b483aeb-ec48-4496-49e9-76e66e86ded6



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Anexo 10, Lei nº4.320/64
2022

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇAS	
				PARA MAIS	PARA MENOS
1.0.0.0.00.0.0.00	Receitas Correntes	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.2.1.01.0.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.2.1.01.0.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
1.3.2.1.01.0.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários - Câmara	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00
	TOTAL	0,00	37.922,02	37.922,02	0,00

WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1



Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº4.320/64
2022

Código	Títulos	Autorizada			Realizada no Período	Realizada Até Período	Diferença
		Crédito Orçamentário Suplementar	Crédito Especial e Extraordinário	Total			
	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	7.440.000,00	0,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
1000	Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara	7.440.000,00	0,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
1001	Corpo Deliberativo e Secretaria da Câmara	7.440.000,00	0,00	7.440.000,00	7.412.888,58	7.412.888,58	27.111,42
1001 0103101011.015	Ampliação, Reforma e/ou Restauração da Estrutura Física do Poder Legislativo	221.132,81	0,00	221.132,81	221.132,81	221.132,81	0,00
1001 0103101011.015 44905100	Obras e Instalações	221.132,81	0,00	221.132,81	221.132,81	221.132,81	0,00
1001 0103101011.015 44905100 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	221.132,81	0,00	221.132,81	221.132,81	221.132,81	0,00
1001 0103101011.109	Reequipamento da Unidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101011.109 44905200	Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101011.109 44905200 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.008	Manutenção das Atividades Legislativas	1.292.388,91	0,00	1.292.388,91	1.292.388,91	1.292.388,91	0,00
1001 0103101012.008 31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.292.388,91	0,00	1.292.388,91	1.292.388,91	1.292.388,91	0,00
1001 0103101012.008 31901100 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.292.388,91	0,00	1.292.388,91	1.292.388,91	1.292.388,91	0,00
1001 0103101012.008 33901400	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.008 33901400 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009	Manutenção do Sistema de Controle Interno	161.311,48	0,00	161.311,48	161.311,48	161.311,48	0,00
1001 0103101012.009 31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	159.811,48	0,00	159.811,48	159.811,48	159.811,48	0,00
1001 0103101012.009 31901100 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	159.811,48	0,00	159.811,48	159.811,48	159.811,48	0,00
1001 0103101012.009 33901400	Diárias - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009 33901400 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009 33903000	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009 33903000 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00
1001 0103101012.009 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	0,00
1001 0103101012.009 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.009 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037	Gestão Administrativa do Poder Legislativo	4.717.835,41	0,00	4.717.835,41	4.716.048,40	4.716.048,40	1.787,01
1001 0103101012.037 31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.168.993,85	0,00	3.168.993,85	3.168.882,80	3.168.882,80	111,05
1001 0103101012.037 31901100 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	3.168.993,85	0,00	3.168.993,85	3.168.882,80	3.168.882,80	111,05





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº4.320/64
2022

Código	Títulos	Autorizada			Realizada no Período	Realizada Até Período	Diferença
		Crédito Orçamentário Suplementar	Crédito Especial e Extraordinário	Total			
1001 0103101012.037 33901400	Diárias - Civil	52.296,00	0,00	52.296,00	52.296,00	52.296,00	0,00
1001 0103101012.037 33901400 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	52.296,00	0,00	52.296,00	52.296,00	52.296,00	0,00
1001 0103101012.037 33903000	Material de Consumo	128.896,74	0,00	128.896,74	128.337,60	128.337,60	559,14
1001 0103101012.037 33903000 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	128.896,74	0,00	128.896,74	128.337,60	128.337,60	559,14
1001 0103101012.037 33903300	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037 33903300 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037 33903500	Serviços de Consultoria	193.300,00	0,00	193.300,00	193.300,00	193.300,00	0,00
1001 0103101012.037 33903500 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	193.300,00	0,00	193.300,00	193.300,00	193.300,00	0,00
1001 0103101012.037 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	114.095,99	0,00	114.095,99	113.675,99	113.675,99	420,00
1001 0103101012.037 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	114.095,99	0,00	114.095,99	113.675,99	113.675,99	420,00
1001 0103101012.037 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.058.212,83	0,00	1.058.212,83	1.057.516,01	1.057.516,01	696,82
1001 0103101012.037 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	1.058.212,83	0,00	1.058.212,83	1.057.516,01	1.057.516,01	696,82
1001 0103101012.037 33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.040,00	0,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00	0,00
1001 0103101012.037 33904700 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.040,00	0,00	2.040,00	2.040,00	2.040,00	0,00
1001 0103101012.037 33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037 33909200 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037 33909300	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.037 33909300 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.040	Manutenção de Página Eletrônica na Internet e Portal do Cidadão	27.603,00	0,00	27.603,00	27.603,00	27.603,00	0,00
1001 0103101012.040 33903000	Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.040 33903000 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.040 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.040 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.040 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.474,00	0,00	25.474,00	25.474,00	25.474,00	0,00
1001 0103101012.040 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	25.474,00	0,00	25.474,00	25.474,00	25.474,00	0,00
1001 0103101012.040 33904000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	2.129,00	0,00	2.129,00	2.129,00	2.129,00	0,00
1001 0103101012.040 33904000 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	2.129,00	0,00	2.129,00	2.129,00	2.129,00	0,00
1001 0103101012.043	Verba Indenizatória pelo Exercício da Presidência da	121.440,00	0,00	121.440,00	121.440,00	121.440,00	0,00





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº4.320/64
2022

Código	Títulos	Autorizada			Realizada no Período	Realizada Até Período	Diferença
		Crédito Orçamentário Suplementar	Crédito Especial e Extraordinário	Total			
	Câmara						
1001 0103101012.043 33909300	Indenizações e Restituições	121.440,00	0,00	121.440,00	121.440,00	121.440,00	0,00
1001 0103101012.043 33909300 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	121.440,00	0,00	121.440,00	121.440,00	121.440,00	0,00
1001 0103101012.044	Contribuição para Órgãos Previdenciários	800.647,99	0,00	800.647,99	775.323,58	775.323,58	25.324,41
1001 0103101012.044 31901300	Obrigações Patronais	656.226,07	0,00	656.226,07	630.901,66	630.901,66	25.324,41
1001 0103101012.044 31901300 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	656.226,07	0,00	656.226,07	630.901,66	630.901,66	25.324,41
1001 0103101012.044 31911300	Obrigações Patronais	144.421,92	0,00	144.421,92	144.421,92	144.421,92	0,00
1001 0103101012.044 31911300 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	144.421,92	0,00	144.421,92	144.421,92	144.421,92	0,00
1001 0103101012.045	Treinamento, Capacitação e Qualificação de Agentes Públicos da Câmara	10.865,00	0,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	0,00
1001 0103101012.045 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.045 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.045 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.865,00	0,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	0,00
1001 0103101012.045 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	10.865,00	0,00	10.865,00	10.865,00	10.865,00	0,00
1001 0103101012.046	Divulgação Institucional do Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.046 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.046 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.046 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.046 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 0103101012.049	Despesas com Cerimonial e Eventos do Poder Legislativo	86.775,40	0,00	86.775,40	86.775,40	86.775,40	0,00
1001 0103101012.049 33903000	Material de Consumo	3.700,00	0,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	0,00
1001 0103101012.049 33903000 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	3.700,00	0,00	3.700,00	3.700,00	3.700,00	0,00
1001 0103101012.049 33903600	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	9.610,00	0,00	9.610,00	9.610,00	9.610,00	0,00
1001 0103101012.049 33903600 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	9.610,00	0,00	9.610,00	9.610,00	9.610,00	0,00
1001 0103101012.049 33903900	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	73.465,40	0,00	73.465,40	73.465,40	73.465,40	0,00
1001 0103101012.049 33903900 500.0000	Recursos não vinculados de Impostos	73.465,40	0,00	73.465,40	73.465,40	73.465,40	0,00





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, Lei nº4.320/64
2022

WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1





Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Descrição por Elemento de Despesa

Anexo 4, Lei nº 4.320/64
2022

RESUMO GERAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DETALHAM.	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CAT. ECON.
3.0.00.00.00	Despesas Correntes					7.191.755,77
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				5.396.406,77	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas			5.251.984,85		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		4.621.083,19			
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais		630.901,66			
3.1.91.00.00	Aplic.Dir.Decorr.De Op.Entre Órgãos,Fundos e Entid.,Integ.Dos Orç.Fiscal e da Seg.Social			144.421,92		
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais		144.421,92			
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes				1.795.349,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas			1.795.349,00		
3.3.90.14.00	Diárias - Civil		52.296,00			
3.3.90.30.00	Material de Consumo		132.037,60			
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção		0,00			
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria		193.300,00			
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		124.785,99			
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		1.167.320,41			
3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ		2.129,00			
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas		2.040,00			
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores		0,00			
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições		121.440,00			
4.0.00.00.00	Despesas de Capital					221.132,81
4.4.00.00.00	Investimentos				221.132,81	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			221.132,81		
4.4.90.51.00	Obras e Instalações		221.132,81			
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente		0,00			
TOTAL						7.412.888,58

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
PRESIDENTE
CPF 047.286.944-29

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
CONTADOR
CRC 16643/O1





RESOLUÇÃO TC Nº 189, de 14 de Dezembro de 2022
ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Orçamentários	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Receita Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
3	Despesa Orçamentária	Setor Contábil	2016	Concluída
4	Fonte / Destinação de Recursos	Setor Contábil	2016	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como os respectivos encargos, multas e ajustes para perda			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Princípios Contábeis	Setor Contábil	2016	Concluída
2	Patrimônio Público	Setor Contábil	----	----
	2.1 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.2 Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluída
	2.3 Mensuração de Ativos e Passivos	Setor Contábil	2016	Concluída

Ação	2. Reconhecimento, mensuração das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Contribuições Previdenciárias			
	1.1 Servidor	Setor Contábil	2016	Concluída
	1.2 Patronal	Setor Contábil	2016	Concluída



Ação	3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Ativos e Passivos Contingentes			
	1.1 Não conhecimento de Ativos e Passivos Contingenciais	Setor Contábil	2025	Iniciado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Móveis			
	1.1 Reconhecimento de Bens Móveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento
2	Bens Imóveis			
	2.1 Reconhecimento de Bens Imóveis com respectiva depreciação	Setor Contábil	2024	Em andamento

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações p/competência decorrente de benefícios a empregados			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Provisões e Obrigações Trabalhistas	Administração	2016	Concluída

Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência..			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Obrgações com Fornecedores			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2016	Concluída

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demais obrgações			
	1.1 Empenho, Liquidação e Pagamento por competência	Setor Contábil	2023	Em andamento

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Bens Intangíveis			
	1.1 Amortização, Reavaliação e Redução ao valor recuperável	Contábil / Patrimônio	2025	Em andamento

Documento Assinado Digitalmente por WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE A. MEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epj/va/ida/Doc;seam> Código do documento: 2a71dce-7087-485f-8511-9795b44c04dfe



PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP

Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Plano de Contas			
	Execução do Plano de Contas Detalhado conf. MCASP	Setor Contábil	2017	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP

Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Demonstrativos Contábeis			
	1.1 Balanço Orçamentário	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.2 Balanço Financeiro	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.4 Balanço Patrimonial	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Setor Contábil	2016	Concluído
	1.6 Notas Explicativas	Setor Contábil	2016	Concluído

Wevertton Barros de Siqueira
Presidente
CPF: 047.286.944-29

Miguelito Rodrigues de Almeida Júnior
Contador
CRC-PE 016643/0-1



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no Artigo 74 da Constituição Federal, Artigos 54 Lei nº 4320/64, que estabeleceu normas gerais de direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do distrito federal que integra a prestação de contas do Exercício Financeiro de 2022 e, sobretudo, as determinações da Resolução TC vigente. Por esse contexto, apresento os seguintes pontos:

OBJETIVOS GERAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Tem como objetivo apoiar tanto o poder legislativo quanto o tribunal de contas do estado, no exercício de suas funções de exercer a fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da entidade, quando aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade, nos atos e fatos administrativos do poder legislativo local.

Tendo em vista que, o relatório em questão tomou por base informação veraz e fundamentou-se em documentação verídica, bem como verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a administração pública municipal, evidenciou-se o que segue.

1. REPASSE DO DUODÉCIMO

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas legislativos municipal. A Ementa 25 e 14 de fevereiro promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.



Em determinação ao disposto no artigo 168 da constituição federal. O repasse feito pelo poder executivo sempre foi realizado até o dia 20 de cada mês, ressalte-se que o cálculo para o repasse do poder executivo ao poder legislativo obedece ao Art. 29-A, da Constituição Federal.

QUADRO DEMONSTRATIVO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Base de Cálculo para apuração de repasse 2022	80.976.423,34
Valor permitido para repasse em 2022	7.440.000,00
Valor mensal permitido pelo executivo – Duodécimo	620.000,00
Valor mensal repassado em 2022	620.000,00

2. GASTOS COM PESSOAL

Em obediência ao índice previsto no §10 do Art. 29-A, da Constituição Federal, ficou verificado que os valores gastos com pessoal no exercício de 2022 estão em conformidade com as determinações legais, atingindo o percentual determinado por Lei.

LIMITE DA FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO	VALOR R\$
Valor repassado pelo Executivo – Duodécimo (12 meses)	7.440.000,00
Limite máximo de gastos com a folha de pagamento – (70%)	5.208.000,00
Total de gastos com folha – 2022	4.765.734,28
Percentual dos gastos com folha	64,06%

3. SUBSIDIOS DOS VEREADORES

A Constituição Federal instituiu a exclusividade do subsídio, ou seja, de um valor único a ser pago em retribuição aos serviços dos Agentes políticos. Assim, o vereador recebe apenas subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.



4. PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS

O Relatório de gestão fiscal, balanço orçamentário e demais relatórios, bem como os atos administrativos praticados pelo poder legislativo foram legalmente formalizados e publicados, obedecendo, assim, as normas legais.

5. CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS

Os bens patrimoniais adquiridos no exercício de 2022 pelo poder legislativo foram incorporados ao patrimônio municipal e estão todos registrados contabilmente, obedecendo, assim, as normas legais.

6. CONTRATOS E LICITAÇÕES

Durante o exercício financeiro de 2022 verificou-se que houve a celebração de contratos e licitações por este poder legislativo, os quais todos guardam obediência as normas contidas na Lei nº 8.666/93.

7. REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES

As contribuições previdenciárias devidas ao INSS foram religiosamente recolhidas, bem como ao regime próprio de previdência e, portanto, foram verificados que câmara municipal se portou com devido cuidado e responsabilidade, junto aos recursos recolhidos dos servidores e os de contribuição própria – patronais.

8. CONCLUSÃO

A controladoria, órgão interno da Câmara Municipal de Arcoverde, terá por finalidade preservar os princípios da legalidade, economicidade, publicidade, impessoalidade, razoabilidade e moralidade para um satisfatório atendimento do interesse público.

Nesse passo, a responsabilidade do controle interno reside na observância e acompanhamento dos procedimentos operacionais que acompanham os atos e fatos administrativos do poder legislativo.



No presente relatório fora avaliado os resultados quanto a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, e as informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, e os operacionais efetuados no dia a dia dos servidores.

Por fim, cumpre salientar que as informações contidas neste relatório se encontram devidamente registrado na pasta de despesas do exercício financeiro do ano de 2022 da Câmara Municipal de Arcoverde/PE, a qual está à disposição para esse Egrégio Tribunal de Contas para demais esclarecimentos. Manifestando pela **REGULARIDADE** das contas da Câmara Municipal de Arcoverde, Exercício 2022.

É o parecer

Arcoverde/PE, 31 de dezembro de 2022.



José Antunes Paz Filho
Controlador Interno



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ARCOVERDE**
CASA JAMES PACHECO



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA, JOSE ANTUNES PAZ FILHO
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0e6e120b-1985-42ea-9b74-aea44d7d6a0b

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2022

RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

PODER LEGISLATIVO

Ao
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO;

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE
EXERCÍCIO 2022**

Cumprindo as exigências da Resolução T.C. nº 189, de 14 de dezembro de 2022, Declaro para os devidos fins de justificativa, perante o TCE/PE, que na Câmara Municipal de Arcoverde-PE, atendendo aos termos do Item 14 do Anexo V da Resolução TC Nº 189, de 14 de dezembro de 2022, que no exercício de 2022 não houve irregularidade apontada em relatório de auditoria, realizada pelo controle interno.

Ao ensejo, renovamos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Arcoverde-PE, 27 de março de 2023.

Wevertton Barros de Siqueira
Presidente



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE – PE

(CASA JAMES PACHECO)

CNPJ. 12.659.777/0001-41



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARRROS DE SIQUEIRA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: fee603df-3213-4953-b834-12bdd057997b

CARTA DE CONFERÊNCIA DE CAIXA

Nesta data, em cumprimento as exigências estabelecidas na Resolução TC nº 189/2022 pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nós, **Iara da Silva Antunes, Rylla Ohana da Silva Sales e Jeidson Antônio Bezerra Cavalcanti.**, abaixo assinados, designados para procedermos à verificação dos valores existentes no Caixa **da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde**, tendo encontrado o seguinte;

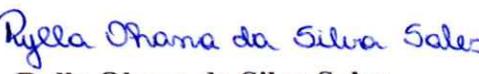
- a) Em moeda corrente deste País a importância de R\$ 0,00.

Assinamos o presente termo, de acordo com os registros existentes na Tesouraria no encerramento do expediente.

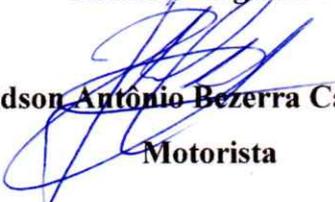
Arcoverde, 31 de dezembro de 2022.


Iara da Silva Antunes

Auxiliar Legislativo de Apoio


Rylla Ohana da Silva Sales

Assessor Legislativo


Jeidson Antônio Bezerra Cavalcanti

Motorista



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Conciliação Bancária

Mês de Dezembro



Documento Arquivado em: 12/15/2022 15:53:53
Acesse em: https://siorconp.systeminformatica.com.br/Arq/ArqDataDoc.seam Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc326cb331b8

Conta: 1	121-3 CEF CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ARCOVERDE	Saldo Entidade	Saldo Bancário
Banco: Caixa Econômica Federal		88.331,20	88.331,20

Créditos no razão não correspondidos no extrato bancário			
Data	Movimento		
16/11/2022	DIF FOPAG 11/2022 - PAGA A MENOR NO BANCO	0,00	-50,44
21/12/2022	DIF IRRF 12/2022 - PAGA A MENOR NO BANCO	0,00	-0,40
	Saldo Parcial	88.331,20	88.331,20
	SALDO CONCILIADO	88.331,20	88.331,20

APROVADO

Em, ____ de _____ de _____

Tesoureiro(a)



Extrato por período

Cliente: ARCOVERDE CAMARA MUNICIPAL DE VE

Conta: 0915 | 006 | 00000121-3

Data: 14/03/2023 - 14:28

Mês: Dezembro/2022

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
01/12/2022	307249	RESGATE	8.796,00 C	8.796,00 C
01/12/2022	101408	ENVIO TED	8.785,00 D	11,00 C
01/12/2022	101408	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
02/12/2022	466479	RESGATE	22.331,73 C	22.331,73 C
02/12/2022	000000	DEB.AUTOR.	881,83 D	21.449,90 C
02/12/2022	140951	ENVIO TED	8.437,50 D	13.012,40 C
02/12/2022	141318	ENVIO TED	1.780,00 D	11.232,40 C
02/12/2022	021243	ENVIO TEV	11.210,40 D	22,00 C
02/12/2022	140951	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00 C
02/12/2022	141318	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
05/12/2022	259989	RESGATE	979,00 C	979,00 C
05/12/2022	051111	ENVIO TEV	979,00 D	0,00 C
07/12/2022	516492	RESGATE	42.736,82 C	42.736,82 C
07/12/2022	117240	ENVIO TED	16.000,00 D	26.736,82 C
07/12/2022	117651	ENVIO TED	800,00 D	25.936,82 C
07/12/2022	118372	ENVIO TED	410,00 D	25.526,82 C
07/12/2022	186061	ENVIO TED	17.450,00 D	8.076,82 C
07/12/2022	191142	ENVIO TED	7.851,82 D	225,00 C
07/12/2022	071627	ENVIO TEV	170,00 D	55,00 C
07/12/2022	117240	DOC/TED INTERNET	11,00 D	44,00 C
07/12/2022	117651	DOC/TED INTERNET	11,00 D	33,00 C
07/12/2022	118372	DOC/TED INTERNET	11,00 D	22,00 C
07/12/2022	186061	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00 C
07/12/2022	191142	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
08/12/2022	556592	RESGATE	9.232,32 C	9.232,32 C
08/12/2022	334024	PAG BOLETO	150,00 D	9.082,32 C
08/12/2022	137629	ENVIO TED	2.750,00 D	6.332,32 C
08/12/2022	138092	ENVIO TED	6.310,32 D	22,00 C

Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc326cb331b8

08/12/2022	137629	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00
08/12/2022	138092	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00
12/12/2022	587733	RESGATE	13.895,20 C	13.895,20 C
12/12/2022	142801	DEVOL TED	2.225,00 C	16.120,20 C
12/12/2022	133762	ENVIO TED	975,00 D	15.145,20 C
12/12/2022	135274	ENVIO TED	338,20 D	14.807,00 C
12/12/2022	135833	ENVIO TED	3.200,00 D	11.607,00 C
12/12/2022	142801	ENVIO TED	2.225,00 D	9.382,00 C
12/12/2022	121253	ENVIO TEV	178,00 D	9.204,00 C
12/12/2022	121254	ENVIO TEV	4.380,00 D	4.824,00 C
12/12/2022	121255	ENVIO TEV	4.780,00 D	44,00 C
12/12/2022	133762	DOC/TED INTERNET	11,00 D	33,00 C
12/12/2022	135274	DOC/TED INTERNET	11,00 D	22,00 C
12/12/2022	135833	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00 C
12/12/2022	142801	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
14/12/2022	414244	RESGATE	7.103,66 C	7.103,66 C
14/12/2022	271200	PAG BOLETO	588,16 D	6.515,50 C
14/12/2022	129104	ENVIO TED	3.700,00 D	2.815,50 C
14/12/2022	132695	ENVIO TED	568,50 D	2.247,00 C
14/12/2022	141231	ENVIO TEV	2.225,00 D	22,00 C
14/12/2022	129104	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00 C
14/12/2022	132695	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
14/12/2022	147299	FOL PAGTO	64.035,56 D	64.035,56 D
14/12/2022	147299	FOL PAGTO	59.443,41 D	123.478,97 D
14/12/2022	727220	RESG AUTOM	123.478,97 C	0,00 C
15/12/2022	490510	RESGATE	169.934,51 C	169.934,51 C
15/12/2022	151209	ENVIO TEV	8.700,00 D	161.234,51 C
15/12/2022	147299	FOL PAGTO	161.234,51 D	0,00 C
19/12/2022	147299	DEB TARIFA	369,72 D	369,72 D
19/12/2022	727220	RESG AUTOM	369,72 C	0,00 C
20/12/2022	608391	APLICACAO	501.660,83 D	501.660,83 D
20/12/2022	000001	CRED TED	620.000,00 C	118.339,17 C
20/12/2022	140897	PG ORG GOV	87.221,73 D	31.117,44 C
20/12/2022	141276	PG ORG GOV	22.264,00 D	8.853,44 C
20/12/2022	141524	PG ORG GOV	6.627,04 D	2.226,40 C
20/12/2022	141874	PG ORG GOV	2.226,40 D	0,00 C
21/12/2022	320972	RESGATE	184.183,23 C	184.183,23 C
21/12/2022	814242	PG LUZ/GAS	2.768,91 D	181.414,32 C



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesso em: https://stc.ce.gov.br/epp/validadaDoc.seam Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc32c6b331b8

21/12/2022	814482	PAG AGUA	73,40 D	181.340,92
21/12/2022	116100	ENVIO TED	1.259,29 D	180.081,63
21/12/2022	136792	ENVIO TED	7.200,00 D	172.881,63
21/12/2022	137155	ENVIO TED	7.500,00 D	165.381,63
21/12/2022	137696	ENVIO TED	9.500,00 D	155.881,63
21/12/2022	138210	ENVIO TED	2.812,50 D	153.069,13
21/12/2022	138554	ENVIO TED	3.300,00 D	149.769,13
21/12/2022	139314	ENVIO TED	2.800,00 D	146.969,13
21/12/2022	139968	ENVIO TED	3.490,00 D	143.479,13
21/12/2022	140287	ENVIO TED	17.887,48 D	125.591,65
21/12/2022	140758	ENVIO TED	16.000,00 D	109.591,65
21/12/2022	141054	ENVIO TED	1.157,00 D	108.434,65
21/12/2022	141324	ENVIO TED	1.157,00 D	107.277,65
21/12/2022	141949	ENVIO TED	6.500,00 D	100.777,65
21/12/2022	142125	ENVIO TED	2.000,00 D	98.777,65
21/12/2022	142274	ENVIO TED	4.500,00 D	94.277,65
21/12/2022	143002	ENVIO TED	1.335,00 D	92.942,65
21/12/2022	143752	ENVIO TED	1.216,76 D	91.725,89
21/12/2022	144146	ENVIO TED	3.500,00 D	88.225,89
21/12/2022	144416	ENVIO TED	1.780,00 D	86.445,89
21/12/2022	211418	ENVIO TEV	25.005,05 D	61.440,84
21/12/2022	211419	ENVIO TEV	7.146,29 D	54.294,55
21/12/2022	211420	ENVIO TEV	11.229,91 D	43.064,64
21/12/2022	211426	ENVIO TEV	4.528,88 D	38.535,76
21/12/2022	211427	ENVIO TEV	13.993,08 D	24.542,68
21/12/2022	211428	ENVIO TEV	8.904,68 D	15.638,00
21/12/2022	211439	ENVIO TEV	10.000,00 D	5.638,00
21/12/2022	211455	ENVIO TEV	1.157,00 D	4.481,00
21/12/2022	211456	ENVIO TEV	2.492,00 D	1.989,00
21/12/2022	211456	ENVIO TEV	1.780,00 D	209,00
21/12/2022	116100	DOC/TED INTERNET	11,00 D	198,00
21/12/2022	136792	DOC/TED INTERNET	11,00 D	187,00
21/12/2022	137155	DOC/TED INTERNET	11,00 D	176,00
21/12/2022	137696	DOC/TED INTERNET	11,00 D	165,00
21/12/2022	138210	DOC/TED INTERNET	11,00 D	154,00
21/12/2022	138554	DOC/TED INTERNET	11,00 D	143,00
21/12/2022	139314	DOC/TED INTERNET	11,00 D	132,00
21/12/2022	139968	DOC/TED INTERNET	11,00 D	121,00



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: <https://etec.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc32c6c331b8

21/12/2022	140287	DOC/TED INTERNET	11,00 D	110,00
21/12/2022	140758	DOC/TED INTERNET	11,00 D	99,00
21/12/2022	141054	DOC/TED INTERNET	11,00 D	88,00 C
21/12/2022	141324	DOC/TED INTERNET	11,00 D	77,00 C
21/12/2022	141949	DOC/TED INTERNET	11,00 D	66,00 C
21/12/2022	142125	DOC/TED INTERNET	11,00 D	55,00 C
21/12/2022	142274	DOC/TED INTERNET	11,00 D	44,00 C
21/12/2022	143002	DOC/TED INTERNET	11,00 D	33,00 C
21/12/2022	143752	DOC/TED INTERNET	11,00 D	22,00 C
21/12/2022	144146	DOC/TED INTERNET	11,00 D	11,00 C
21/12/2022	144416	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
21/12/2022	147299	FOL PAGTO	359,62 D	359,62 D
21/12/2022	727220	RESG AUTOM	359,62 C	0,00 C
22/12/2022	608395	RESGATE	17.644,37 C	17.644,37 C
22/12/2022	166177	ENVIO TED	200,00 D	17.444,37 C
22/12/2022	221550	ENVIO TEV	13.275,23 D	4.169,14 C
22/12/2022	221550	ENVIO TEV	4.000,00 D	169,14 C
22/12/2022	221552	ENVIO TEV	158,14 D	11,00 C
22/12/2022	166177	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
23/12/2022	594545	RESGATE	32.534,07 C	32.534,07 C
23/12/2022	000000	DEB.AUTOR.	21.723,07 D	10.811,00 C
23/12/2022	146500	ENVIO TED	10.000,00 D	811,00 C
23/12/2022	231414	ENVIO TEV	800,00 D	11,00 C
23/12/2022	146500	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
23/12/2022	147299	DEB TARIFA	3,62 D	3,62 D
23/12/2022	727220	RESG AUTOM	3,62 C	0,00 C
26/12/2022	526116	RESGATE	8.813,84 C	8.813,84 C
26/12/2022	000000	DEB.AUTOR.	1.201,18 D	7.612,66 C
26/12/2022	134803	ENVIO TED	6.224,10 D	1.388,56 C
26/12/2022	261309	ENVIO TEV	1.377,56 D	11,00 C
26/12/2022	134803	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C
26/12/2022	000000	MANUT CTA	55,00 D	55,00 D
26/12/2022	727220	RESG AUTOM	55,00 C	0,00 C
28/12/2022	309140	RESGATE	395.501,30 C	395.501,30 C
28/12/2022	118922	ENVIO TED	920,00 D	394.581,30 C
28/12/2022	281150	ENVIO TEV	890,00 D	393.691,30 C
28/12/2022	281155	ENVIO TEV	393.680,30 D	11,00 C
28/12/2022	118922	DOC/TED INTERNET	11,00 D	0,00 C



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesso em: https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc32c6c331b8

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Alô CAIXA: 0800 104 0104



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc326cb331b8


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação


Nome da Agência ARCOVERDE, PE	Código 0915	Operação 0055	Emissão 14/03/2023
----------------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	CNPJ do Fundo 00.834.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995
---	-------------------------------------	--

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2022	Cota em: 30/12/2022
0,8855	9,6148	9,6148	6,656309	6,715248

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome ARCOVERDE CAMARA MUNICIPAL DE VE	CPF/CNPJ 12.659.777/0001-41	Conta Corrente 006.00000121-3	Mês/Ano 12/2022	Folha 01/03
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	620.749,18C	93.257,265535
Aplicações	501.660,83C	74.943,710145
Resgates	1.037.952,98D	155.016,795819
Rendimento Bruto no Mês	4.078,01C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	88.535,04C	13.184,179861
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
01 / 12	RESGATE	8.796,00D	1.320,922030
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
02 / 12	RESGATE	22.331,73D	3.352,274553
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
05 / 12	RESGATE	979,00D	146,901069
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
07 / 12	RESGATE	42.736,82D	6.407,626747
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
08 / 12	RESGATE	9.232,32D	1.383,663234
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
12 / 12	RESGATE	13.895,20D	2.080,826239
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
14 / 12	RESGATE	7.103,66D	1.062,928707
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
14 / 12	RESGATE	123.478,97D	18.476,298406
	IRRF	0,00	

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista**Serviço de Atendimento ao Cotista**

SAC: 0800 726 0101	Endereço para Correspondência: Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

 Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
 Acesse em: <https://steecfcp.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc326cb331b8


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação


Nome da Agência ARCOVERDE, PE	Código 0915	Operação 0055	Emissão 14/03/2023
----------------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	CNPJ do Fundo 00.834.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995
---	-------------------------------------	--

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	No Ano(%)	Nos Últimos 12 Meses(%)	Cota em: 30/11/2022	Cota em: 30/12/2022
0,8855	9,6148	9,6148	6,656309	6,715248

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome ARCOVERDE CAMARA MUNICIPAL DE VE	CPF/CNPJ 12.659.777/0001-41	Conta Corrente 006.00000121-3	Mês/Ano 12/2022	Folha 02/03
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	620.749,18C	93.257,265535
Aplicações	501.660,83C	74.943,710145
Resgates	1.037.952,98D	155.016,795819
Rendimento Bruto no Mês	4.078,01C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	88.535,04C	13.184,179861
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
	IOF	0,00	
15 / 12	RESGATE	169.934,51D	25.417,290088
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
19 / 12	RESGATE	369,72D	55,254783
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
20 / 12	APLICACAO	501.660,83C	74.943,710145
21 / 12	RESGATE	184.183,23D	27.504,401973
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
21 / 12	RESGATE	359,62D	53,702662
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
22 / 12	RESGATE	17.644,37D	2.633,811502
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
23 / 12	RESGATE	32.534,07D	4.854,485510
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
23 / 12	RESGATE	3,62D	0,539861
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação

Rendimento Base	IRRF
0,00	0,00

Informações ao Cotista**Serviço de Atendimento ao Cotista**

SAC: 0800 726 0101	Endereço para Correspondência: Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	


Extrato Fundo de Investimento
 Para simples verificação


Nome da Agência ARCOVERDE, PE	Código 0915	Operação 0055	Emissão 14/03/2023
----------------------------------	----------------	------------------	-----------------------

Fundo CAIXA FIC PRATICO RENDA FIXA CURTO	CNPJ do Fundo 00.834.074/0001-23	Início das Atividades do Fundo 02/10/1995
---	-------------------------------------	--

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%) 0,8855	No Ano(%) 9,6148	Nos Últimos 12 Meses(%) 9,6148	Cota em: 30/11/2022 6,656309	Cota em: 30/12/2022 6,715248
---------------------	---------------------	-----------------------------------	---------------------------------	---------------------------------

Administradora

Nome Caixa Econômica Federal	Endereço SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	CNPJ da Administradora 00.360.305/0001-04
---------------------------------	---	--

Cliente

Nome ARCOVERDE CAMARA MUNICIPAL DE VE	CPF/CNPJ 12.659.777/0001-41	Conta Corrente 006.00000121-3	Mês/Ano 12/2022	Folha 03/03
Análise do Perfil do Investidor		Data da Avaliação		

Resumo da Movimentação

Histórico	Valor em R\$	Qtde de Cotas
Saldo Anterior	620.749,18C	93.257,265535
Aplicações	501.660,83C	74.943,710145
Resgates	1.037.952,98D	155.016,795819
Rendimento Bruto no Mês	4.078,01C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	88.535,04C	13.184,179861
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	Histórico	Valor R\$	Qtde de Cotas
26 / 12	RESGATE	8.813,84D	1.314,609677
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
26 / 12	RESGATE	55,00D	8,203242
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
28 / 12	RESGATE	395.501,30D	58.943,055529
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação**Rendimento Base****IRRF**

0,00

0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: 0800 726 0101	Endereço para Correspondência: Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: 0800 725 7474	Endereço Eletrônico: https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://steec.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: bedeb35b-dd34-4d3e-9c40-dc326cb331b8



Câmara Municipal de Arcoverde - 2022

Av. Cel. Antônio Japiassú, 600 - Centro
Arcoverde/PE - CEP: 56506-100
CNPJ Nº: 12.659.777/0001-41 Telefone: (87) 38210140

Boletim Diário

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Saldo anterior ao período		Movimento do período		Saldo para o dia seguinte		
Em Caixa	0,00	Recebimento no período	7.478.722,02 ¹	7.897.483,26 ²	Em Caixa	0,00
Em Banco	418.761,24	Pagamento no período	7.833.238,20 ³	64.245,06	Em Banco	88.331,20
		(+) Estorno		24.086,14		
		(-) Anulação da Receita		0,00		
Total	418.761,24	Saldo para o dia seguinte		88.331,20	Total	88.331,20

Banco	Conta Corrente	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Ajustes/Estornos		Saldo Atual
					Entradas	Saídas	
Caixa Econômica Federal	(1) 121-3 CEF CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES ARCOVERDE Agência:	418.761,24	7.478.722,02	7.833.238,20	24.086,14	0,00	88.331,20
TOTAL GERAL (R\$)		418.761,24	7.478.722,02	7.833.238,20	24.086,14	0,00	88.331,20

		Saldo atual				
Saldo do Exercício anterior	418.761,24	Recebimento até o fim do período	8.500.930,60 ⁴	8.919.691,84 ⁵	Em caixa	0,00
Estorno até o período	24.086,14	Despesa até o fim do período		8.831.360,64 ⁶	Em banco	88.331,20
Anulação da receita até o período	0,00				Saldo para o dia seguinte	88.331,20

¹ Depósitos + Transferências Recebidas

² Recebimento na Data + Total do Saldo do Dia Anterior

³ Cheques + Transferências Recebidas

⁴ Recebimento até a Data - Anulação da Receita até a Data

⁵ Saldo do Exercício Anterior + Recebimento até a Data

⁶ Pagamento até esta Data - Estorno até esta Data + Transferência Concedida



MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2022

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações implica a incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Arcoverde

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
22/2022	Pregão Eletrônico - 8/2022	6/2022		Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	. Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (televisores), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital	Sim	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	QUALITY ELETROMOVEIS LTDA	31.350,00
21/2022	Pregão Eletrônico - 7/2022	6/2022		Equipamentos de Informática	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (notebooks e scanners), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.	Sim	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	B.DANIEL INFORMATICA NAVISYSTEM IMPORTAÇÃO LTDA -EPP	51.080,66
20/2022	Pregão Eletrônico - 6/2022	6/2022		Material de Expediente	AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME DEMANDA, DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL ELETRÔNICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE	Sim	Edital Publicado / Processo Revogado		
19/2022	Pregão Eletrônico - 5/2022	6/2022		Gêneros Alimentícios	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME DEMANDA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE	Sim	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CAVALCANTI EIRELI - EPP FERNANDO DE LIMA NUNES J GOMES DA SILVA MAGAZINE JOICE JENNIFER FERNADES PENELLA	48.995,00
18/2022	Pregão Eletrônico - 4/2022	6/2022	Menor Preço	Serviços de Energia Elétrica	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO FORNECIMENTO DE BENS, SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO, ASSESSORIA TÉCNICA E COMPLETA EXECUÇÃO DE USINA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA A SER CONECTADA NA REDE ELÉTRICA CONCESSIONÁRIA	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		



Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
					DE ENERGIA DO ESTADO, DE PERNAMBUCO (ON-GRID), NO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADE E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.				
17/2022	Pregão Eletrônico - 3/2022	6/2022	Menor Preço	Refeição Preparada	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE BUFFET, PARA ATUAR EM REUNIÕES, AÇÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES	Sim	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	J CLAUDES MENDES BUFE	133.000,00
16/2022	Pregão Presencial - 5/2022	6/2022		Material de Expediente	O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME DEMANDA, DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAL ELETRÔNICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		
15/2022	Pregão Presencial - 6/2022	6/2022		Gêneros Alimentícios	AQUISIÇÃO PARCELADA, CONFORME DEMANDA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE,	Sim	Edital Publicado / Processo Revogado		
14/2022	Pregão Eletrônico - 2/2022	6/2022	Menor Preço	Combustíveis e Lubrificantes	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, INTEGRADO DE GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, COM VISTA À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE CARTÃO, PARA OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DA FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, OBSERVADOS OS DETALHAMENTOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO DESTA EDITAL	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	132.511,70
13/2022	Pregão Presencial - 3/2022	6/2022	Menor Preço	Serviços de Energia Elétrica	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO FORNECIMENTO DE BENS, SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO, ASSESSORIA TÉCNICA E	Não	Edital Publicado / Processo Revogado		



Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
					COMPLETA EXECUÇÃO DE USINA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA A SER CONECTADA NA REDE ELÉTRICA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ON-GRID), NO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADE E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA				
12/2022	Pregão Presencial - 2/2022	6/2022	Menor Preço	Refeição Preparada	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE BUFFET, PARA ATUAR EM REUNIÕES, AÇÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE-PE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES	Sim	Edital Publicado / Processo Revogado		
11/2022	Pregão Presencial - 1/2022	6/2022	Menor Preço	Serviços de Energia Elétrica	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO FORNECIMENTO DE BENS, SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO, ASSESSORIA TÉCNICA E COMPLETA EXECUÇÃO DE USINA DE MICROGERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA A SER CONECTADA NA REDE ELÉTRICA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (ON-GRID), NO PRÉDIO SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADE E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA	Não	Edital Publicado / Processo Deserto		
10/2022	Pregão Eletrônico - 1/2022	6/2022		Equipamentos de Informática	Aquisição de equipamentos e material permanente (notebooks, televisores, scanners e cadeiras), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo 1 do Edital.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	QUALITY ELETROMOVEIS LTDA S L DA SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS TAMA DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA	64.950,00
9/2022	Dispensa - 6/2022	6/2022		Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	Contratação de Pessoa Jurídica, para prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria ao Controle Interno da Câmara de Vereadores de Arcoverde, no desenvolvimento de suas atividades, bem como, a orientação de preceitos legais ligados à fiscalização dos agentes públicos em atuação	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	32.500,00
8/2022	Inexigibilidade - 3/2022	6/2022		Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ESPECIALIZADO EM DIREITO PÚBLICO, COM REGISTRO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL,	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado /	GABRIEL LANDIM DE FARIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	114.000,00



Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
					PARA PRESTAR ASSESSORIA A CÂMARA DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, REALIZANDO ATRIBUIÇÕES NA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE DIVERSOS ATOS ADMINISTRATIVOS.		Concluído		
7/2022	Dispensa - 5/2022	6/2022		Serviços de Publicidade e Propaganda	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E DIREITO DE USO DE PLATAFORMA WEB (SITE DA CÂMARA DE ARCOVERDE - PE), CONTEMPLANDO A SUA CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CONTEÚDOS, HOSPEDAGEM, CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS E A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS DO PODER LEGISLATIVO DE ARCOVERDE ? PE.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	ROMERO DE A. CAVALCANTI - ME	17.500,00
6/2022	Dispensa - 4/2022	6/2022		Serviço de Manutenção e Suporte Técnico de Equipamentos de Informática	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM INFORMÁTICA COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM DESKTOPS / NOTEBOOKS, IMPRESSORAS E SCANNERS, SEMPRE QUE SE FIZER NECESSÁRIO, MEDIANTE ABERTURA DE CHAMADO, ATRAVÉS DE VISITA LOCAL OU ACESSO REMOTO, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDES.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	SIQUEIRA ALEXANDRE INFORMATICA LTDA	27.000,00
5/2022	Dispensa - 3/2022	6/2022		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	Contratação de empresa especializada em serviços de Engenharia para executar serviço de manutenção preventiva e corretiva do elevador da Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde - PE	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	A S R COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	24.000,00
4/2022	Dispensa - 2/2022	6/2022		Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E PINTURA DA ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE-PE, CONFORME PROJETO BÁSICO E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CONSTRUTORA M. BRITTO & CIA LTDA	34.053,21
3/2022	Dispensa - 1/2022	6/2022		Outros Serviços de Informática	Contratação de empresa especializada para instalação de estrutura e cabeamento de rede ethernet e wifi para atender as necessidades de melhorias na Câmara Municipal de Vereadores de Arcoverde-PE.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	SIQUEIRA ALEXANDRE INFORMATICA LTDA	42.624,13
2/2022	Inexigibilidade -	6/2022		Serviços Técnicos	Contratação de Escritório de Advocacia	Não	Processo	BARROS ADVOGADOS	120.000,00



Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
	2/2022			Especializados - Advocacia	especializada e, direito público, com registro na Ordem de Advogados do Brasil, para prestar assessoria à Câmara de Vereadores de Arcoverde - PE, como também na orientação e assessoramento técnico-legislativo, com acompanhamento do Processo Legislativo conforme termo de referência e especificações.		Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	ASSOCIADOS	
1/2022	Inexigibilidade - 1/2022	6/2022		Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	Contratação de Escritório de Advocacia especializada e, direito público, com registro na Ordem de Advogados do Brasil, para prestar assessoria à Câmara de Vereadores de Arcoverde - PE, realizando atribuições na elaboração e revisão de diversos atos administrativos.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	HERCULANO E RIBEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	96.000,00
16/2021	Tomada de Preços - 1/2021	1/2021	Menor Preço	Obras	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARCOVERDE - PE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E PROJÉTOS EM ANEXO	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	CONSTRUTORA M. BRITTO & CIA LTDA	137.383,91



MAPA DE CONTRATOS / TERMOS DE PARCERIA - EXERCÍCIO 2022

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora referente aos Contratos e Termos de Parceria. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Contratos e Termos de Parceria implica a incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Arcoverde

Contratos/Termos	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
Contrato 017/2022	LIC	22/2022	6/2022	41.371.468/0001-70	QUALITY ELETROMOVEIS LTDA	14/11/2022 a 31/12/2022	1.061/Equipamentos Para Áudio, Video e Foto	R\$ 31.350,00	Em Execução/Regular
Contrato 016/2022	LIC	21/2022	6/2022	08.395.059/0001-38	NAVISYSTEM IMPORTAÇÃO LTDA -EPP	14/11/2022 a 31/12/2022	1.205/Equipamentos de Informática	R\$ 5.690,00	Em Execução/Regular
Contrato 015/2022	LIC	21/2022	6/2022	11.607.273/0001-15	B.DANIEL INFORMATICA	14/11/2022 a 31/12/2022	1.205/Equipamentos de Informática	R\$ 45.390,66	Em Execução/Regular
Contrato 013/2022	LIC	10/2022	6/2022	29.955.518/0001-60	S L DA SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS	28/10/2022 a 31/12/2022	1.205/Equipamentos de Informática	R\$ 51.830,00	Em Execução/Regular
Contrato 012/2022	LIC	10/2022	6/2022	33.039.726/0001-97	TAMA DISTRIBUIDORA DE INFORMATICA LTDA	28/10/2022 a 31/12/2022	1.205/Equipamentos de Informática	R\$ 9.180,00	Em Execução/Regular
Contrato 011/2022	LIC	10/2022	6/2022	41.371.468/0001-70	QUALITY ELETROMOVEIS LTDA	28/10/2022 a 31/12/2022	1.205/Equipamentos de Informática	R\$ 3.940,00	Em Execução/Regular
Contrato 010/2022	LIC	5/2022	6/2022	10.965.978/0001-41	A S R COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	01/08/2022 a 01/08/2023	2.010/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 24.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 009/2022	LIC	9/2022	6/2022	32.300.847/0001-88	JOÃO VALERIANO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	15/08/2022 a 15/01/2023	2.057/Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	R\$ 32.500,00	Em Execução/Regular
Contrato 008/2022	LIC	8/2022	6/2022	42.403.062/0001-94	GABRIEL LANDIM DE FARIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	29/07/2022 a 29/07/2023	2.057/Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	R\$ 114.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 007/2022	LIC	7/2022	6/2022	06.954.221/0001-85	ROMERO DE A. CAVALCANTI - ME	01/08/2022 a 31/12/2022	2.055/Serviços de Publicidade e Propaganda	R\$ 17.500,00	Em Execução/Regular
Contrato 006/2022	LIC	6/2022	6/2022	17.397.888/0001-40	SIQUEIRA ALEXANDRE INFORMATICA LTDA	01/07/2022 a 31/12/2022	1.209/Serviço de Manutenção e Suporte Técnico de Equipamentos de Informática	R\$ 27.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 005/2022	LIC	4/2022	6/2022	14.804.277/0001-81	CONSTRUTORA M. BRITTO & CIA LTDA	27/05/2022 a 27/06/2022	2.010/Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	R\$ 34.053,21	Em Execução/Regular
Contrato 004/2022	LIC	3/2022	6/2022	17.397.888/0001-40	SIQUEIRA ALEXANDRE INFORMATICA LTDA	10/02/2022 a 30/11/2022	2.077/Outros Serviços de Informática	R\$ 42.624,13	Em Execução/Regular
Contrato 003/2022	LIC	2/2022	6/2022	19.877.816/0001-26	BARROS ADVOGADOS ASSOCIADOS	21/01/2022 a 28/01/2024	2.057/Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	R\$ 120.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 002/2022	LIC	1/2022	6/2022	23.699.538/0001-31	HERCULANO E RIBEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS	27/01/2022 a 27/01/2023	2.057/Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	R\$ 96.000,00	Em Execução/Regular



Contratos/Termos	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
Contrato 001/2022	LIC	16/2021	1/2021	14.804.277/0001-81	CONSTRUTORA M. BRITTO & CIA LTDA	24/01/2022 a 23/04/2022	3.099/Obras	R\$ 187.076,55	Em Execução/Regular
Contrato 011/2021	LIC	14/2021	1/2021	35.863.728/0001-21	CONTARE - TOMAS JEFFERSON GOMES DE LIMA	16/11/2021 a 15/11/2023	2.071/Consultoria	R\$ 90.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 008/2021	LIC	9/2021	1/2021	41.111.052/0001-12	MOEMA ROSA FERAZ BISPO	22/09/2021 a 21/09/2022	2.015/Serviços de Comunicação	R\$ 44.800,00	Em Execução/Regular
Contrato 002/2021	LIC	2/2021	1/2021	03.889.878/0001-18	LIDER - MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR-EPP	28/01/2021 a 30/10/2023	2.059/Serviços Técnicos Especializados - Contabilidade/auditoria	R\$ 86.400,00	Em Execução/Regular
Contrato 001/2021	LIC	1/2021	1/2021	23.699.538/0001-31	FÉLIX E HERCULANO, ADVOGADOS ASSOCIADOS	18/01/2021 a 18/01/2022	2.057/Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	R\$ 156.000,00	Em Execução/Regular
Contrato 0009/2021	LIC	12/2021	1/2021	13.343.833/0001-05	ALFORGE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	07/10/2021 a 07/10/2023	2.044/Serviços de Vigilância	R\$ 198.581,58	Em Execução/Regular
Contrato 0006/2021	LIC	7/2021	1/2021	04.168.835/0001-06	L P COMBUSTIVEIS E PNEUS	20/09/2021 a 19/09/2022	1.003/Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 142.950,00	Em Execução/Regular



MAPA DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - EXERCÍCIO 2022

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora referente às Atas de Registro de Preços. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES.

Câmara Municipal de Arcoverde

ARP Nº / Ano	Processo Nº / Ano	Modalidade Nº / Ano	Portaria da comissão	Vigência	Objeto da ARP
002/2022	19/2022	Pregão Eletrônico 5/2022	6/2022	09/11/2022 a 09/11/2023	1.001 - Gêneros Alimentícios
001/2022	17/2022	Pregão Eletrônico 3/2022	6/2022	09/11/2022 a 09/11/2023	1.024 - Refeição Preparada





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARCOVERDE
CASA JAMES PACHECO



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 78fclfcc-c642-4dc4-b043-70e415a19752

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, em atendimento às normas da Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022 que trata do item 20, não houve Tomadas de Contas Especiais instauradas, no exercício de 2022 na Câmara Municipal dos Vereadores de Arcoverde.

Arcoverde/PE, 31 de dezembro 2022.



Weverton Barros de Siqueira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARCOVERDE
CASA JAMES PACHECO



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 3347baac-48b3-4540-abbd-3660993e3138

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, em atendimento às normas da Resolução TC nº 189, de 14 de dezembro de 2022 que trata do item 21, na Câmara Municipal dos Vereadores de Arcoverde, não teve nenhuma Parceria Público Privada.

Arcoverde/PE, 31 de dezembro 2022.

Weverton Barros de Siqueira
Presidente



RESOLUÇÃO TC Nº 189/2022
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE - EXERCÍCIO DE 2022

CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE-PE

ANEXO XI-A

ANEXO XI-A - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
				PRINCIPAL	ENCARGOS		
COMPETÊNCIA	VALOR						
JANEIRO	48.953,45	6.853,48	6.853,48	6.853,48	-	10/02/2022	24/01/2022
FEVEREIRO	49.018,33	6.862,56	6.862,56	6.862,56	-	10/03/2022	22/02/2022
MARÇO	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/04/2022	21/03/2022
ABRIL	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/05/2022	25/04/2022
MAIO	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/06/2022	23/05/2022
JUNHO	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/07/2022	21/06/2022
JULHO	48.874,84	6.842,47	6.842,47	6.842,47	-	10/08/2022	26/07/2022
AGOSTO	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	48.985,89	6.858,02	6.858,02	6.858,02	-	10/10/2022	22/09/2022
OUTUBRO	49.063,89	6.868,94	6.868,94	6.868,94	-	10/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	51.875,73	7.262,60	7.262,60	7.262,60	-	10/12/2022	28/11/2022
DEZEMBRO	51.044,96	7.146,29	7.146,29	7.146,29	-	10/01/2023	21/12/2022
13º SALÁRIO	63.604,80	8.904,68	8.904,68	8.904,68	-	10/12/2022	21/12/2022
TOTAL	656.351,34	91.889,14	91.889,14	91.889,14	-		



RESOLUÇÃO TC Nº 189/2022
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE - EXERCÍCIO DE 2022

CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE-PE

ANEXO XI-B
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENT	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
COMPETÊNCIA	VALOR							
JANEIRO	48.953,45	10.769,77	10.769,77	56,47	10.769,77	-	10/02/2022	24/01/2022
FEVEREIRO	49.018,33	10.784,05	10.784,05	56,47	10.784,05	-	10/03/2022	22/02/2022
MARÇO	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/04/2022	21/03/2022
ABRIL	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/05/2022	25/04/2022
MAIO	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/06/2022	23/05/2022
JUNHO	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/07/2022	21/06/2022
JULHO	48.874,84	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/08/2022	26/07/2022
AGOSTO	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	48.985,89	10.776,91	10.776,91	56,47	10.776,91	-	10/10/2022	22/09/2022
OUTUBRO	49.063,89	10.794,07	10.794,07	56,47	10.794,07	-	10/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	51.875,73	11.412,67	11.412,67	56,47	11.412,67	-	10/12/2022	28/11/2022
DEZEMBRO	51.044,96	11.229,91	11.229,91	56,47	11.229,91	-	10/01/2023	21/12/2022
13º SALÁRIO	63.604,80	13.993,08	13.993,08	-	13.993,08	-	10/12/2022	21/12/2022
TOTAL	656.351,34	144.421,92	144.421,92	677,64	144.421,92			



RESOLUÇÃO TC Nº 189/2022
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE - EXERCÍCIO DE 2022

CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE -PE

ANEXO XIII-A

ANEXO XIII-A - DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
				PRINCIPAL	ENCARGOS		
COMPETÊNCIA	VALOR						
JANEIRO	272.650,00	23.409,46	23.409,46	23.409,46	-	20/02/2022	24/01/2022
FEVEREIRO	272.650,00	23.409,46	23.409,46	23.409,46	-	20/03/2022	22/02/2022
MARÇO	272.650,00	23.367,58	23.367,58	23.367,58	-	20/04/2022	21/03/2022
ABRIL	273.864,16	23.472,58	23.472,58	23.472,58	-	20/05/2022	25/04/2022
MAIO	282.490,00	24.507,56	24.507,56	24.507,56	-	20/06/2022	23/05/2022
JUNHO	273.337,50	23.461,02	23.461,02	23.461,02	-	20/07/2022	21/06/2022
JULHO	274.960,00	23.599,18	23.599,18	23.599,18	-	20/08/2022	26/07/2022
AGOSTO	275.066,59	23.598,98	23.598,98	23.598,98	-	20/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	272.100,00	23.361,64	23.361,64	23.361,64	-	20/10/2022	03/10/2022
OUTUBRO	272.041,38	23.357,14	23.357,14	23.357,14	-	20/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	289.019,93	23.874,18	23.874,18	23.874,18	-	20/12/2022	20/12/2022
DEZEMBRO	282.770,00	23.409,46	23.409,46	23.409,46	-	20/01/2023	20/01/2023
13º SALÁRIO	260.536,89	21.308,99	21.308,99	21.308,99	-	20/12/2022	20/12/2022
TOTAL	3.574.136,45	304.137,23	304.137,23	304.137,23	-		

Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validador.aspx?CodigoDoDocumento=0f1d3618c-239f-46f0-af65-12041db6882e>



RESOLUÇÃO TC Nº 189/2022
MUNICÍPIO DE ARCOVERDE - EXERCÍCIO DE 2022

CAMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE -PE

ANEXO XIII-B
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)

BASE DE CALCULO		DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENT	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR				PRINCIPAL	ENCARGOS		
JANEIRO	272.650,00	54.530,00	54.530,00	225,88	54.530,00	-	20/02/2022	24/01/2022
FEVEREIRO	272.650,00	54.530,00	54.530,00	225,88	54.304,12	-	20/03/2022	22/02/2022
MARÇO	272.650,00	54.530,00	54.530,00	225,88	54.304,12	-	20/04/2022	21/03/2022
ABRIL	273.864,16	54.772,83	54.772,83	225,88	54.546,95	-	20/05/2022	25/04/2022
MAIO	282.490,00	56.498,00	56.498,00	225,88	56.272,12	-	20/06/2022	23/05/2022
JUNHO	273.337,50	54.667,50	54.667,50	225,88	54.441,62	-	20/07/2022	21/06/2022
JULHO	274.960,00	54.992,00	54.992,00	225,88	54.766,12	-	20/08/2022	26/07/2022
AGOSTO	275.066,59	55.013,32	55.013,32	225,88	54.787,44	-	20/09/2022	24/08/2022
SETEMBRO	272.100,00	54.420,00	54.420,00	225,88	54.194,12	-	20/10/2022	03/10/2022
OUTUBRO	272.041,38	54.408,28	54.408,28	338,82	54.069,46	-	20/11/2022	24/10/2022
NOVEMBRO	289.019,93	60.694,19	60.694,19	508,23	60.185,96	-	20/12/2022	20/12/2022
DEZEMBRO	282.770,00	59.381,70	59.381,70	621,17	58.760,53	-	20/01/2023	20/01/2023
13º SALÁRIO	260.536,89	54.712,75	54.712,75	-	54.712,75	-	20/12/2022	20/12/2022
TOTAL	3.574.136,45	723.150,57	723.150,57	3.501,14	719.875,31	-		

	VALOR PAGAR DE ACTIVO Y PASIVO LIQUIDADOS	SITUACION
Valor Paga acumulado en Ejercicio RT		
187,079.60	187,079.60	CONCLUIDO

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>			
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	476.162,37	420.369,57	421.022,67	590.908,14	425.439,12	415.042,22	445.081,18	435.203,46	413.805,77	414.922,08	459.713,25	478.736,94	5.396.406,77	0,00	
Pessoal Ativo	476.162,37	420.369,57	421.022,67	590.908,14	425.439,12	415.042,22	445.081,18	435.203,46	413.805,77	414.922,08	459.713,25	478.736,94	5.396.406,77	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	410.862,60	355.281,40	355.941,64	525.584,28	358.390,09	349.823,69	379.528,15	369.639,11	348.834,74	350.058,55	448.300,58	368.838,36	4.621.083,19	0,00	
Obrigações Patronais	65.299,77	65.088,17	65.081,03	65.323,86	67.049,03	65.218,53	65.553,03	65.564,35	64.971,03	64.863,53	11.412,67	109.898,58	775.323,58	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	476.162,37	420.369,57	421.022,67	590.908,14	425.439,12	415.042,22	445.081,18	435.203,46	413.805,77	414.922,08	459.713,25	478.736,94	5.396.406,77	0,00	



RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguente			Exercício do Segundo Período Seguente		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguente			Segundo Período Seguente		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									





RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												





Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/validar> com Código do documento: 8918e217-3131-427b-813d-1498da3176b7

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2022
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2022, Poder Legislativo de ARCOVERDE, foi publicado dentro do prazo legal em 30 de janeiro de 2023, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência Câmara e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2022, Poder Legislativo de ARCOVERDE, foi publicado dentro do prazo legal em 30 de janeiro de 2023, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência Câmara e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					Disponibilidade de Caixa			
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: https://steetce.pe.gov.br/validaDoc.seam?codigo_documento: 891842825394270-813d-1498da3176b7

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2022, Poder Legislativo de ARCOVERDE, foi publicado dentro do prazo legal em 30 de janeiro de 2023, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência da Câmara e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	216.868.447,7
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	215.168.447,7

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	Apuração do Valor	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.396.406,77	-
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	12.910.106,47	-
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	12.264.601,15	-
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	11.619.095,82	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	-	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2022
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2022, do Poder Legislativo de ARCOVERDE, foi publicado dentro do prazo legal em 30 de janeiro de 2023, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência da Câmara e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

Lista de Assinaturas



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 8918e4f7-3131-427b-813d-1498da3176b7

Assinatura: 1

Digitally signed by MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR:84351004487
Date: 2023.03.27 12:57:18 GFT
Perfil: Contador Responsável
Instituição: Câmara de Vereadores de Arcoverde - PE

Assinatura: 2

Digitally signed by WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA:04728694429
Date: 2023.03.27 13:00:22 GFT
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Arcoverde - PE

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

item_descrição



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO
Instrumento de Cidadania

**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO - DEPARTAMENTO DE CONTROLE MUNICIPAL
APLICATIVO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS ESTRUTURADAS 2022 (item 27 da Resolução TC 189/2022)**

No campo abaixo, selecione o município aos quais se referem as informações que serão prestadas neste arquivo. Preencha os formulários na ordem que de cada formulário, clique na caixa de seleção lá disponível para informar sua conclusão. As informações apresentadas devem expressar com fidelidade existentes no banco de dados e na prestação de contas da Câmara Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL:

FORMULÁRIO:

- 01** Informações Iniciais
- 02** Gasto com Folha de Pagamento
- 03** Subsídio Fixado - Agentes Políticos
- 04** Subsídio Pago - Agentes Políticos
- 05** Verba de Representação do Presidente da Câmara - Valor Fixado
- 06** Verba de Representação do Presidente da Câmara - Valor Total Pago
- 07** Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal
- 08** Ordenadores de Despesas

Formulário conclu

01 INFORMAÇÕES INICIAIS

Responsável pelo preenchimento das informações deste Aplicativo de Informações

Nome: **MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JÚNIOR**

E-mail: miguelitojr@liderpe.com.br

Telefone: **8197470231** Com DDD e sem espaços. Exemplo: 8131817900

.....



DESCRIÇÃO

Contratação por Ten
Salário - Família
Vencimentos e Vant
Verba de Representa
Vencimentos e Vant

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o equivalente apresentado nos demonstrativos da prestação de contas.

02 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

1po Determinado

agens Fixas - Pessoal Civil (não incluir a verba de representação do Presidente da Câmara)

ação do Presidente da Câmara

agens Variáveis

.....



VALOR

0.00
3,501.14
4,644,294.28
121,440.00
0.00

Formulário concluído**03 SUBSÍDIO FIXADO - AGENTES PO.**

HIERARQUIA	MÊS	CARGO	TIPO DA NORMA
01	JANEIRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
02	FEVEREIRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
03	MARÇO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
04	ABRIL	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
05	MAIO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
06	JUNHO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
07	JULHO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
08	AGOSTO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
09	SETEMBRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
10	OUTUBRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
11	NOVEMBRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
12	DEZEMBRO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.
13	13.º SALÁRIO	VEREADOR	LEI MUNICIPAL N.

04 SUBSÍDIO

HIERARQUIA	MÊS
------------	-----

01	JANEIRO
02	FEVEREIRO
03	MARÇO
04	ABRIL
05	MAIO
06	JUNHO
07	JULHO
08	AGOSTO
09	SETEMBRO
10	OUTUBRO
11	NOVEMBRO
12	DEZEMBRO
13	13.º SALÁRIO

05 VERBA DE REPRESENTAÇÃO

HIERARQUIA	MÊS	CARGO
01	JANEIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
02	FEVEREIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
03	MARÇO	PRESIDENTE DA CÂMARA
04	ABRIL	PRESIDENTE DA CÂMARA
05	MAIO	PRESIDENTE DA CÂMARA
06	JUNHO	PRESIDENTE DA CÂMARA
07	JULHO	PRESIDENTE DA CÂMARA
08	AGOSTO	PRESIDENTE DA CÂMARA
09	SETEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
10	OUTUBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
11	NOVEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
12	DEZEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
13	13.º SALÁRIO	PRESIDENTE DA CÂMARA

06 VERBA DE REPRESENTAÇÃO

HIERARQUIA	MÊS
------------	-----

01	JANEIRO
02	FEVEREIRO
03	MARÇO
04	ABRIL
05	MAIO
06	JUNHO
07	JULHO
08	AGOSTO
09	SETEMBRO
10	OUTUBRO
11	NOVEMBRO
12	DEZEMBRO
13	13.º SALÁRIO
	TOTAL

Formulário concluído

DO PRESIDENTE DA CÂMARA - VALOR TOTAL PAGO

CARGO	VALOR PAGO
PRESIDENTE DA CÂMARA	10,120.00
PRESIDENTE DA CÂMARA	121,440.00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL

ATIVO

- Contratação por Tempo Determinado
- Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
- Obrigações Patronais contabilizadas para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto
- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
- Indenizações Trabalhistas
- Sentenças Judiciais
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)

- (-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo
 - Abono de Permanência
 - Adicional de Férias
 - Licença Prêmio paga em pecúnia
 - Outras despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo

INATIVO E PENSIONISTA

- Aposentadoria e Reforma
- Pensões
- Outros Benefícios Previdenciários
- Salário-Família
- Sentenças Judiciais
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)

OUTRAS DESPESAS (§ 1º do art. 19 da LRF)

DEDUÇÕES (Artigo 19, § 1º, da LRF)

- Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (artigo 19, § 1o, incisos I e II, da LRF)
- Decorrentes de decisão judicial
- Despesas de exercícios anteriores
- Inativos e pensionistas com recursos vinculados (artigo 19, inciso VI, da LRF)
 - Total da despesa com Inativos e Pensionistas
- (-) Transferências de recursos para cobertura de deficit financeiro ou insuficiência financeira
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)

5,633,306.77

5,633,306.77

0.00

4,765,734.28

867,572.49

0.00

0.00

0.00

0.00

0.00

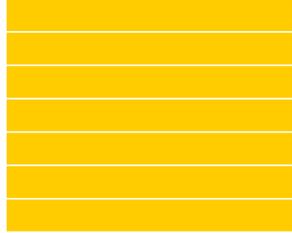
0.00

A block of five yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of four yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of seven yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of five yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of three yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of two yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

0.00

A block of five yellow redacted rows, likely representing a table or list of items.

WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA	PRESIDENTE	ATO	047.286.944-29

CIVIL		DESIGNAÇÃO	AFASTAMENTO
CASADO	AVENIDA DR. LEONARDO ARCOVERDE, BAIRRO SÃO CRISTOVÃO-ARCOVERDE-PE		

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI d

09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 189/2022

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

ANEXO XI-A
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

Em R\$

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	RETIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (Principal)	RECOLHIDA (Multas e Juros)	
	(1)	(2)		(4)	(4)	
JANEIRO	48,953.45	6,853.48	6,853.48	6,853.48		0.00
FEVEREIRO	49,018.33	6,862.56	6,862.56	6,862.56		0.00
MARÇO	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
ABRIL	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
MAIO	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
JUNHO	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
JULHO	48,874.84	6,842.47	6,842.47	6,842.47		0.00
AGOSTO	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
SETEMBRO	48,985.89	6,858.02	6,858.02	6,858.02		0.00
OUTUBRO	49,063.89	6,868.94	6,868.94	6,868.94		0.00
NOVEMBRO	51,875.73	7,262.60	7,262.60	7,262.60		0.00
DEZEMBRO	51,044.96	7,146.29	7,146.29	7,146.29		0.00
13.º SALÁRIO	63,604.80	8,904.68	8,904.68	8,904.68		0.00
TOTAL	656,351.34	91,889.14	91,889.14	91,889.14		0.00

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI d

09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 189/2022

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

ANEXO XI-B
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (Principal) (4)
JANEIRO	48,953.45	10,769.77	10,769.77	56.47	10,769.77
FEVEREIRO	49,018.33	10,784.05	10,784.05	56.47	10,784.05
MARÇO	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
ABRIL	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
MAIO	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
JUNHO	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
JULHO	48,874.84	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
AGOSTO	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
SETEMBRO	48,985.89	10,776.91	10,776.91	56.47	10,776.91
OUTUBRO	49,063.89	10,794.07	10,794.07	56.47	10,794.07
NOVEMBRO	51,875.73	11,412.67	11,412.67	56.47	11,412.67
DEZEMBRO	51,044.96	11,229.91	11,229.91	56.47	11,229.91
13.º SALÁRIO	63,604.80	13,993.08	13,993.08	0.00	13,993.08
TOTAL	656,351.34	144,421.92	144,421.92	677.64	144,421.92

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI d

09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 189/2022

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

ANEXO XI-C
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE – COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

Em R\$

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (Principal) (3)	RECOLHIDA (Multas e Juros) (4)
JANEIRO					
FEVEREIRO					
MARÇO					
ABRIL					
MAIO					
JUNHO					
JULHO					
AGOSTO					
SETEMBRO					
OUTUBRO					
NOVEMBRO					
DEZEMBRO					
13.º SALÁRIO					
TOTAL	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

NOTAS DOS ANEXOS XI-A, XI-B, XI-C

Nota 1: Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;

Nota 2: Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;

Nota 4: Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XIII de

10 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 189/2022

ANEXO XIII-A
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	RETIDA	CONTABILIZADA	Em R\$	
				RECOLHIDA (Principal)	RECOLHIDA (Multas e Juros)
	(1)	(2)		(4)	(4)
JANEIRO	272,650.00	23,409.46	23,409.46	23,409.46	0.00
FEVEREIRO	272,650.00	23,409.46	23,409.46	23,409.46	0.00
MARÇO	272,650.00	23,367.58	23,367.58	23,367.58	0.00
ABRIL	273,864.16	23,472.58	23,472.58	23,472.58	0.00
MAIO	282,490.00	24,507.56	24,507.56	24,507.56	0.00
JUNHO	273,337.50	23,461.02	23,461.02	23,461.02	0.00
JULHO	274,960.00	23,599.18	23,599.18	23,599.18	0.00
AGOSTO	275,066.59	23,598.98	23,598.98	23,598.98	0.00
SETEMBRO	272,100.00	23,361.64	23,361.64	23,361.64	0.00
OUTUBRO	272,041.38	23,357.14	23,357.14	23,357.14	0.00
NOVEMBRO	289,019.93	23,874.18	23,874.18	23,874.18	0.00
DEZEMBRO	282,770.00	23,409.46	23,409.46	23,409.46	0.00
13.º SALÁRIO	260,536.89	21,308.99	21,308.99	21,308.99	0.00
TOTAL	3,574,136.45	304,137.23	304,137.23	304,137.23	0.00

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XIII de

10 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 189/2022

ANEXO XIII-B
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (Principal) (4)
JANEIRO	272,650.00	54,530.00	54,530.00	225.88	54,530.00
FEVEREIRO	272,650.00	54,530.00	54,530.00	225.88	54,304.12
MARÇO	272,650.00	54,530.00	54,530.00	225.88	54,304.12
ABRIL	273,864.16	54,772.83	54,772.83	225.88	54,546.95
MAIO	282,490.00	56,498.00	56,498.00	225.88	56,272.12
JUNHO	273,337.50	54,667.50	54,667.50	225.88	54,441.62
JULHO	274,960.00	54,992.00	54,992.00	225.88	54,766.12
AGOSTO	275,066.59	55,013.32	55,013.32	225.88	54,787.44
SETEMBRO	272,100.00	54,420.00	54,420.00	225.88	54,194.12
OUTUBRO	272,041.38	54,408.28	54,408.28	338.82	54,069.46
NOVEMBRO	289,019.93	60,694.19	60,694.19	508.23	60,185.96
DEZEMBRO	282,770.00	59,381.70	59,381.70	621.17	58,760.53
13.º SALÁRIO	260,536.89	54,712.75	54,712.75	0.00	54,712.75
TOTAL	3,574,136.45	723,150.57	723,150.57	3,501.14	719,875.31

NOTAS DOS ANEXOS XIII-A e XIII-B

Nota 1: Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência;

Nota 2: Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;

RESOLUÇÃO TC Nº 189 ANEXO 28 - UNIDADE JURISDICIONADA: CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOVERDE
DEMOSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	situação	Ações	Justificativa
PROCESSO TCE-PE Nº 19100008-5 22/04/2020 Prestação de Contas 2018.	Implementado	Determinar: 1. Atentar para o cumprimento efetivo e transparente dos ditames da legislação que trata de licitações públicas, visando sempre obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;	A Câmara tem cumprido as determinações do TCE PE
	Implementado	2. Atentar para o cumprimento efetivo e transparente dos ditames da legislação que trata de licitações públicas, visando sempre obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública;	A Câmara tem cumprido as determinações do TCE PE
Processo TCE-PE nº 20100106-8 16/11/2020 Auditoria na Prestação de Contas de Gestão 2019	Implementado	1. Atentar quanto ao devido controle interno dos gastos com combustíveis, inclusive consumo, como determina a legislação pertinente (Item 2.5.1);	A Câmara tem cumprido as determinações do TCE PE
	Implementado	2. Atentar para o cumprimento efetivo dos ditames da legislação que trata de licitações públicas, inclusive quanto ao cumprimento das normas habilitatórias prescritas em Edital, visando evidenciar e obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com evidenciação clara e transparente (item 2.5.2).	A Câmara tem cumprido as determinações do TCE PE



	Implementado	3. Atentar para o eficiente controle dos gastos públicos, visando respaldá-los sempre com efetiva e transparente comprovação, eficiência e economicidade	A Câmara tem cumprido as determinações do TCE PE
--	--------------	--	--





Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTTON BARROS DE SIQUEIRA
Acesse em: <https://etcce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: bf3ed049-5d29-4f8e-94ca-c0fa472ea353



CÂMARA MUNICIPAL DE **ARCOVERDE** CASA JAMES PACHECO

RESOLUÇÃO TC Nº 189, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022.

ANEXO XXVII

MAPA DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE CONTRATOS RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN)

Nº Contratação Emergencial	Modalidade e	Processo/A no	Portaria Comissão	Nome / Razão Social	CPF/CNPJ	Objeto	Data Contratação	Prazo Contratual	Local	Valor (R\$)
NADA HÁ INFORMAR.										



Documento Assinado Digitalmente por: WEVERTON BARROS DE SIQUEIRA, MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR
Acesse em: https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: 770e4bec-195a-4bb9-ae38-9c64d0c2e658

Home > Consulta do FAP

Vigência:

2022

CNPJ Raiz:

12.659.777 - ARCOVERDE

Estabelecimentos:

12.659.777/0001-41

[FAP Simplificado](#)

Consultar

FAP 2022

0,5000

Cálculo Original Realizado em 30/09/2021

[Informações da Extração](#)

Dados do Estabelecimento

ARCOVERDE CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES CNPJ 12.659.777/0001-41

Início da Atividade 18/01/1989

Endereço AV CEL ANTONIO JAPIASSU 600, CENTRO, ARCOVERDE - PE CEP: 56.512-600

Última atualização na RFB na extração 28/07/1998

Histórico



Cálculo Original
0,5000
30/09/2021

Dados do Cálculo



Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)



Auxílio-doença por acidente de trabalho (B91)



- Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho (B92)
 Pensão por morte por acidente de trabalho (B93)
- Auxílio-acidente por acidente de trabalho (B94)

Massa Salarial **R\$ 5.522.362,79** Número Médio de Vínculos **64.4583**

Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE **21.845** Valor Total de Benefícios Pagos **R\$ 0,00**

Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP **16.510**

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Subclasse da CNAE - 2.3)

84.11-6/00 - ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL

Indicadores do Cálculo

Índice **0,0000** Número de Ordem **1,0000** Percentil **0,0000**

Frequência

Índice **0,0000** Número de Ordem **1,0000** Percentil **0,0000**

Gravidade

Índice **0,0000**

Custo

Número de Ordem **1,0000** Percentil **0,0000**

Taxa Média de Rotatividade **21,7949%**

Índice Composto **0,0000**